O POVO DE AVEIRO

Semanario republicano

PROPRIETARIO E DIRECTOR Francisco Manuel Homem Christo

ANNO XXIX

Assignaturas, pagamento adeantado
Aveiro, anno, 1$200. Semestre, 600 reis. Fóra d'Aveiro: Portugal e colonias, anno, 1$300. Semestre 650. Extrangeiro, 2$500.
Redacção e administração—Rua d'Arnellas—AVEIRO

AVEIRO, 3 DE ABRIL DE 1910

Publicações
No corpo do jornal: a linha 40 reis. Annuncios (quarta pagina) cada linha 20 reis. Permanente mediante contracto.
Composto e impresso na Typographia do *Povo de Aveiro*.

Nº 1:354

Factos & Criticas

No *Imparcial* vem um dialogo entre um dos redactores da gazeta e um influente franquista, dissidente ou *reymãosista*.

— Conta-nos a historia da nova dissidencia no seu partido? Ha-de haver razões poderosas, ou poderosos interesses.

— As razões são muito simples. Depois da tragedia de 1 de fevereiro toda a gente comprehendeu, dentro e fóra do nosso partido, que nunca mais iamos ao poder —pelo menos isolados. Quando João Franco partiu para o estrangeiro e quiz, apezar de todas as instancias abandonar a chefia, deixar para sempre a politica, lembramo-nos de que ficasse a dirigir o partido regenerador-liberal numa commissão directora. Mas João Franco oppoz-se terminantemente. Na realidade parecia, se assim fizessemos, que estavamos á sua espera . . . Tivemos então de nos decidir pela nomeação d'um chefe.

No partido havia duas grandes correntes— uma a favor de Reymão, a outra a favor de Vasconcellos Porto. O Reymão obstinadamente recusou-se a apresentar a sua candidatura. E' pobre, poderia vêr-se obrigado a voltar para Vianna do Castello, ao trabalho obscuro do seu escriptorio de advogado. Por unanimidade escolhemos o Vasconcellos Porto, que como sabe assumiu logo a chefia. Para quê? pergunto e porguntamos muitos partidarios. Ha dois annos que o partido está inactivo, absolutamente inactivo. Não, por culpa do Reymão, que sempre que era consultado —não só elle como varios marechaes— diziam ao Vasconcellos Porto: —Sem nos unirmos a outro grupo monarchico não voltamos ao poder. O nosso partido tem sympathias profundas no paiz e é pena conserval-o n'este estagnamento.

Aqui teem, mais uma vez, o criterio das quadrilhas politicas em Portugal. Aqui as teem, mais uma vez, definindo-se, a si proprias, *quadrilhas*, bandos exploradores, oligarchias, syndicatos organisados para exploração do thesouro e boa fé dos ingenuos ou incautos. Não são mais nada. Nada mais se propõem. Nada mais pretendem.

O nosso partido tem profundas sympathias no paiz . . .

E como tem profundas sympathias no paiz, vae-se enxertar nas quadrilhas que, pela sua immoralidade, falta de escrupulos, profundo e ignobil espirito de banditismo, arrastaram á vergonha e á ruina o paiz. São impagaveis! São adoraveis . . . estes bandidos!

O franquismo sustenta uma lucta de morte com as quadrilhas politicas. Lucta accesa, lucta tragica. D'ella resulta a morte do rei e do filho do rei. D'ella resulta o exodo, a fuga, o ostracismo do chefe do franquismo. O chefe do franquismo é expulso e maldicto. Maldicto corre mundo. Maldicto, sob a ameaça eterna, o ranger de dentes, gritos de odio e vingança, o ulular feroz, sanguinario, dos bandidos. E os franquistas ficam *desde logo* apavorados, com quê? Com a idéa de que *nunca mais* voltariam ao poder! E os franquistas acabam por se enxertar, em quê? Nas quadrilhas que mataram o rei *por causa d'elles*, que mataram o filho do rei *por causa d'elles*, que tentaram assassinar o seu chefe, que pediram longos mezes, se não pedem ainda, a cabeça do seu chefe, que trouxeram o seu chefe sob gritos de odio, de vingança, de morte, de maldição, como um judeu errante, um reprobo, por essa Europa fóra, a correr mundo.

São impagaveis! São adoraveis . . . estes bandidos!

Teem profundas sympathias no paiz, e aproveitam essas sympathias, para quê? Para moralisar pela pratica dos bons principios, pela doutrina e propaganda dos bons principios, pela affirmação e defesa energica, vibrante, inquebrantavel, da verdade e da justiça? Não. Para se venderem ao Teixeira de Souza . . . por bom preço!

Impagaveis! Adoraveis . . . estes bandidos!

Faz-se muito mais pela propaganda energica, firme, fortemente iniciada e sustentada a favor da verdade, que pelo exercicio do poder. E a prova, temo-lo dicto muita vez, ei-la aqui, n'este pobre semanario de provincia. São unanimes, amigos e inimigos, em reconhecer a poderosa, a poderosissima influencia do *Povo de Aveiro*. Amigos e inimigos attribuem á acção exclusiva do *Povo de Aveiro* os terriveis golpes que tem soffrido a quadrilha republicana. A nós nos accusam os quadrilheiros republicanos de causador, unico causador, do seu grande desprestigio. A nós nos imputam os quadrilheiros monarchicos em geral, e a opinião independente em especial, a ruina moral dos republicanos. A nós, que somos um combatente singular. A nós, que não temos ligações, absolutamente nenhumas, com grupos ou partidos de qualquer ordem. A nós, que não temos, sequer, relações pessoaes. Nós vivemos só. Inteiramente só. Entre quatro paredes. Sem falar, pode-se dizer, á parte creados e pessoal de serviço, com ninguem. Se não é inteiramente exacto, pouco lhe falta, muito pouco, para o ser. Só um amigo, um unico, que não tem influencia nenhuma na politica, que não é politico, nosso amigo desde a infancia, entra, de vez em quando, n'esta casa. E' a casa d'esse amigo a unica onde, raramente, nós entramos. Se estamos em casa, estamos sósinho. Se sahimos á rua, sahimos sósinho. Sósinho estamos no theatro, se vamos ao theatro. Sósinho estamos n'um passeio, se vamos a um passeio. Só! Sempre só!

Nunca recebemos directamente, de ninguem, apoio, incitamento, força, para esta lucta formidavel em que temos vindo e em que vamos, ha tantos annos! Só de nós a temos recebido, contra mil embaraços, contrariedades e amarguras, e só de nós a estamos, ainda agora, recebendo.

Escrevemos n'um jornal de provincia. E n'um jornal que se publica uma vez cada semana. E' o nosso unico meio, o nosso unico instrumento de combate. E temos conseguido mais do que, com a sua dictadura, a sua força material, a sua força de governo, conseguiram o rei D. Carlos e João Franco.

O que quer isto dizer? A que veio isto? Para que veio isto?

Veio para provar o valor enorme da propaganda. Veio para provar que se um homem pode tanto, cem homens poderão cem vezes mais, duzentas vezes mais, se é certo que é tanto maior o resultado quanto maior é o esforço conjugado. Sim, duzentas, trezentas vezes mais, quando animados do valoroso e forte espirito da verdade!

Imaginem esses franquistas a combater energicamente, denodadamente, sem medo, rindo-se das ameaças dos punhaes, do trabuco, ou da dynamite! Imaginem, offerecendo a alma, resolutos, impavidos, aos golpes da calumnia e o corpo aos golpes do ferro ou da metralha! Ah, o que elles teriam conseguido!

Queriam servir o seu paiz? Não precisavam do poder. Ou antes, o poder, que poderia ser o complemento d'essa obra, demorada ou breve, de purificação nacional, não lhes seria, pelo menos, e desde logo, indispensavel. Prostituido, o poder serve, apenas, para satisfação de vis interesses pessoaes.

Ha só uma força, uma força real, uma força decisiva: a força da verdade, quando a maneja um homem intelligente, resoluto, energico, impavido. E, a sério, a fundo . . . possuido da verdade. E' como que um dique que se rompe. As aguas comprimidas espadanam, saltam, rugem, formam corrente a pouco trecho, e não ha nada, já, que detenha a corrente assim formada. As aguas vingam-se, em força e em coleras, da prisão a que longamente e apertadamente as sujeitaram.

Pode a corrente matar, e mata quasi sempre, o audacioso que, rompendo o dique, deu livre curso ás aguas. Mas ella continua. Ella ahi vae, arrastando, dominando, subjugando tudo na sua passagem.

O que elles conseguiriam, se quizessem, esses bandidos que em Portugal se dizem guias, dirigentes, espirituaes, intellectuaes! E como seria justo enforcal-os ou queima-los, não só por não praticarem, como, sobretudo, por impedirem essa obra de dignificação nacional!

Chamam-nos malvado, como nos chamava n'outro dia, no tribunal d'Aveiro, o bebedo do Carlos Amaro!

Mas ou a lucta pela existencia é um facto, é uma verdade, ou não é. Não é? Então para que sacrificamos nós gallinhinhas, patinhos, carneirinhos, vaquinhas, peixinhos, tantos seres vivos á nossa existencia? Para que queimamos nós as vespas que nos assaltam nas estradas?

E'? Então, em que nos prejudica menos um assassino nato que a féra?

Que mais respeitos merece o assassino que a féra?

Em que nos molesta mais uma pulga ou um percevejo, que um bandido politico, que vive da miseria moral, intellectual e material das multidões? Que suga um povo, uma patria?

Quando acabará a vergonhosa e ridicula incongruencia da humanidade?

Sejamos logicos. O percevejo queima-se, como a vespa. A pulga esborracha-se. O bandido enforca-se. E a humanidade segue ávante, purificada e forte.

Ha Deus? Pois foi Deus que assim o quiz, ente supremo de justiça e de bondade. Uma vaquinha que dá leite e que trabalha é muito mais util e innocente que o ladrão do Affonso Costa, o cavalheiro d'industria Cunha e Costa, o *escroc* Arthur Leitão, o gatuno e devasso Padua Correia, o *souteneur* França Borges e o falsificador Rivas d'Avellar. Comtudo, a gente mata-a, a gente sacrifica-a, á vaquinha, a gente come-a.

Como é estupida, iniqua, cruel, a falar sempre em intelligencia, em justiça e em bondade, esta comica humanidade!

Deram raia

Certos jornaes censuram abertamente a attitude d'uma parte do elemento clerical em face do centenario de Herculano.

D'esta vez teem razão.

Sempre o espirito de seita! Sempre o espirito de bando! Em tudo! E profundamente arreigado!

Era ou não era Herculano um homem de bem?

Era. Isso é que elle era: Um caracter.

Era ou não era Herculano um talento litterario?

Um grande talento litterario? Era. Não ha a menor duvida a tal respeito.

Era ou não era Herculano um grande patriota?

Então que mais queriam? Não era catholico? Ou não era tão catholico como os mais catholicos pretendem?

Ora valha-os a Senhora da Agrella, que não ha santa como ella!

D'esta vez foi raia. E raia completa.

Que auctoridade querem ter os senhores para combater a intolerancia dos republiqueiros e livres pensadeiros sendo assim ferozmente intolerantes?

Querer matar a intolerancia republiqueira e livre pensadeira para crear a intolerancia clericalqueira, destruir um fanatismo para em cima d'elle assentar outro fanatismo, é não sahir nunca d'este terreno safaro chupado pelo escalracho da hypocrisia e da mentira, com que se esterilisa, ha seculos, a raça portugueza.

Pode lá ser!

O que é preciso é conquistar a tolerancia, o respeito mutuo, a verdadeira liberdade. E por esses processos nunca lá chegamos!

Ainda que Herculano fosse livre pensador. Que tinha lá isso? Se o seu caracter e o seu talento o impunham como benemerito, porque haviam os crentes de lhe mover hostilidade? Mas Herculano nem sequer era livre pensador. Era crente e catholico. Divergia dos outros crentes por uma questão de galhetas e de hyssope? Ora vejam! E por isso hostilisam os crentes um acto de respeito e de consagração nacional!

Foi raia e raia completa. Sobretudo n'esta altura em que era necessario tirar aos especuladores da politica e da religião, aos quadrilheiros dos partidos, á corja que se serve de tudo para alimentar o espirito canalha, todo o pretexto de desordem e d'exploração.

A continuarem assim, os clericaes não fazem nada. Querem conquistar para o seu culto, os seus principios, toda a tolerancia e respeito que merecem? Hão de começar por respeitar o culto e os principios contrarios.

Respeito á opinião alheia, quando sincera, para que tenham o direito honrado d'exigir que lhe respeitam a propria opinião.

E homenagem á honestidade e ao caracter, esteja elle onde estiver,

Ou, convençam-se, não fazem nada.

Pedimos aos nossos assignantes o favor de fazerem acompanhar *sempre* as suas reclamações do numero da assignatura. Tendo nós muitos assignantes, é altamente trabalhoso dar com o nome quando elle não seja acompanhado do numero da assignatura.

Estamos regularisando, como já dissémos, o serviço d'administração, e o serviço d'expedições d'accordo com o sr. director geral dos correios, que mandou a esta cidade um empregado superior organisar esse serviço, e assim esperamos ter brevemente isto montado de forma a supprimir de vez todas as causas d'irregularidade.

Façam favor os nossos assignantes de nos auxiliar, não só com as suas reclamações, os que tenham recebido o jornal com irregularidade, mas com toda a claresa nas suas indicações.

A questão do pão

. . . Sr. Homem Christo.

Visto que V. abre caminho á publicação de cartas de individuos interessados na "questão do pão„ permitta-me algumas considerações sobre o assumpto.

Não conheço os artigos que V. tem escripto sobre o caso. Ha, mesmo, pouco tempo, que leio o *Povo de Aveiro*, mas, como vêjo que esse jornal discute de bôa fé, e só tem em mira os interesses geraes da nossa patria, creio bem que será acceita a discussão serena e sincera de algumas opiniões que V. sustenta no *Povo de Aveiro* de 20 de março.

Assim a lei protectora dos cereaes, que V. entende que é um maná para o lavrador e uma affronta ao moageiro, não tem servido para nada ao lavrador nem ao paiz. De positivo, o que se vê, é alguns moageiros brutalmente ricos. Lavrador enriquecido com a cultura dos cereaes é que não consta que haja, apesar da *lei protectora*, da *venda certa*, do *preço altamente remunerador*, etc.

V. conhecerá muito bem a questão, mas não a conhece praticamente. O lavrador especula e rouba, diz V. Devia, então, estar podre de rico e o moageiro a pedir por portas . . . E' isto que acontece? *E' justamente o contrario.* Pobre do lavrador que não tem a amparal-o (falo em nome do Sul) a sua tiragem regular de cortiça, que, apesar de sêr outro negocio meio fallido, ainda é o sustentaculo de muita casa, ou o negocio de gados em certa escala — este tambem sujeito ás mil contingencias das pastagens e das epizotias. Restam os lucros do vinho . . . a 5 réis o litro . . .

A vida do lavrador, por sêr independentissima, tem muitos invejosos. Julga-se, em geral, que o lavrador abastado é um reizete, tyranno dos servos e especulador encartado que, *sem fazer nada*, ganha rios de dinheiro. Se até é opinião de tanta gente, que a cortiça não tem despêsas! A arvore cria-a e a gente *colhe-a*... não sei se já em rolhas . . . Estes e outros disparates constituem materia corrente em Lisboa, entre os proprietarios . . . do arroz de telhado. Custa-me a crêr que em Aveiro tambem se considere a lavoura como especulação desenfreada de mandriões, ou que V. assim a considere, sendo intelligente.

O *alfacinha da gemma* tem o sestro de suppôr que o paiz é só Lisboa, e que pode promulgar bôas leis agricolas quem nunca pisou o campo, mas apenas as lages da Arcada. E' caso para dizer como o Tolentino:

"E este concilio profundo,
Sem ter um palmo de terra,
Está repartindo o mundo!„

*

E' certo que parte do paiz — grande parte mesmo — é bravio e selvatico, isto é, não cultivado, mas sendo certo que grandes areas de terreno, em Trás-os-Montes, principalmente, estão incultas, os brados só se ouvem contra o Alemtejo . . . Muita gente ignora que não chove n'esta provincia, ás vezes durante 8 mezes do anno, que a arranca das estevas não compensa a futura colheita do trigo que venha a semear-se, a maior parte das vezes em terrenos improprios para a sua cultura, etc. Resta o recurso do adubo chimico, outra farça. O adubo chimico sae carissimo. Só é accessivel ao grande lavrador e este mesmo, quasi sempre se arrepende de o empregar, pelo enorme dispendio que representa.

Apesar das enormes despesas da transformação de terrenos bravios e cobertos de matto, em terras de pão, eu sou um dos que o tem tentado, e posso asseverar que geralmente é quasi sufficiente o adubo proveniente da queima d'esse mesmo matto para produzir-se uma ceára. *Uma*, note V. No segundo anno o terreno já não dá, e uma vez abandonado, torna a cobrir-se de estevas com uma rapidez espantosa.

E' curiosissima a contradição de accusar o lavrador de incúria e de avêsso a cultivar o terreno, ao mesmo tempo que se affirma que o trigo lhe proporciona ganhos fabulosos! Pois se isto fosse verdade, não seria o lavrador o primeiro que teria já desbravado os terrenos? Ou julgar-se-ha que o espirito rotineiro, o *amôr á esteva*, prevaleça ao espirito de ganancia, que assoberba todo o sêr humano? Ora a verdade é que o lavrador desbrava o matto onde vê que obtem compensações. Onde não vê, mette-lhe cabras e deixa-o estar.

E' certo que, em vez d'este sensato modo de proceder, houve quem desbravasse terrenos para metter vinha. Uns foram levados a isto pela tal mania de limpar de matto, terras que a não sêr para matto, só serviam para vinha, outros por um errado espirito de ganancia, fiados talvez em que o paiz era de bebedos, mas esquecendo-se que não tinha exportação. Quer o governo um conselho para augmentar a producção de trigos e diminuir a crise vinicola? Mande arrancar a vinha em toda a parte onde ella exista *em terrenos capazes de produzir trigo*, e obrigue os proprietarios a cultival-o.

*

Ha felizes mortaes que ignoram as enormes despêsas que tem a cultura do trigo, desde que se limpa um terreno, até que o pão apparece á mesa. Que ignora o que é charruar, semear, gradar, mondar, ceifar, debulhar, moêr . . . O trabalho da ceifa, então, é sempre pago por um preço exorbitante que varia de 800 a 1$200 réis diarios. E é para quem quer!

Já se vê que na Arcada do Terreiro do Paço não se sabe nada d'isto. Sabe-se apenas que no Alemtejo ha immensos terrenos incultos e que é preciso importar trigo estrangeiro e parece, á primeira vista, áquelles *sábios* que a frequentam, que, se se cultivassem esses terreuos, deixava de sêr precisa a importação cerealifera. Este raciocinio tem sua logica, valha a verdade, mas contra o costume, a logica falha — e falha porque se parte do falso principio de que todo e qualquer terreno produz trigo em deixando de têr matto.

O burguezinho, empregado publico, e senhor apenas do seu 4.º andar [quando paga a renda da casa] não perdôa ao individuo que é proprietario de terrenos e que se está nas tintas para repartições e para chefes, e, consequentemente, não perde occasião de querer mostrar-lhe a sua superioridade litteraria (?) e os seus vastos conhecimentos (?) das coisas do campo, e rejubila cada vez que, dizendo quatro asneiras, julga ter demonstrado a falta de competencia do proprietario para administrar os boccados de terra que herdou de seus paes ou que por outra qualquer fórma adquiriu. Esta é que é a verdadeira origem de muitas más vontades e de muitas opiniões destituidas de senso commum.

Pois convença-se o habitante da Lysbia amada que, emquanto tiver a supina toleima de só *poder* comer pãosinho branco (em rosquinhas ou sem ser em rosquinhas) ha de ser preciso importar trigo estrangeiro, *por mais que o paiz produza* e isto pela simples razão de que havendo *trigo molle* e *trigo rijo*, é o molle que dá o pão branco e é o rijo o que o paiz, em geral, pode produzir, pela qualidade dos seus terrenos.

Esta tolice do pão branco (que sustenta muito menos que o outro que em Lisboa se chama *ordinario* e ninguem é capaz de comer) tem sido habilmente explorada pelos moageiros que para depreciar os trigos rijos nacionaes e apressar a importação dos trigos molles estrangeiros até chegaram a lembrar-se de dizer que as suas machinas eram mais proprias para a moagem de trigos molles e que, moendo os rijos, necessariamente produziam má farinha!

Este argumento, a poder considerar-se como argumento, seria ainda de cabo de esquadra, porque os apparelhos de moagem sendo, quasi sempre, austro-hungaros, são o que ha de mais proprio para moêr trigos rijos—os que abundam n'aquelle paiz.

Eu não quero ser exaggerado, nem convencer ninguem de que todos os terrenos capazes de produzir trigo estão sem matto, em Portugal. E' mesmo absolutamente certo que o não estão, mas isto deve-se, em grande parte, á falta de compensação na cultura e em parte tambem (lá vae ficar pasmado o sr. Homem Christo] á difficuldade da venda do trigo. E' como lhe digo: por mais escandalosa que V. considere a protecção concedida aos lavradores e sendo Portugal, como é, um paiz importador de trigo, ha certas difficuldades na venda d'este cereal, já por ser quasi todo rijo, já pelo pouco conhecimento que muitos lavradores teem do que hão de fazer para o vender.

Mais lavradores do que V. pode imaginar ignoram o que é Lisboa, o que é o mercado central de productos agricolas [o *terreiro do trigo* instituido por D. José I para "assegurar a abundancia de pão aos moradores da sua muito nobre e leal cidade de Lisboa e desterrar d'ella a impiedade dos monopolios.„) o que é a chamada de trigos, o que é o *Diario do Governo*, etc.

Como ha de gente d'esta beneficiar de certas medidas?

A's vezes quando sabem da chamada dos trigos já passou o praso . . . outros, como já disse, não sabem o que isso é. Ha os agentes dos moageiros, dirá V. Effectivamente ha, mas como os manejos d'esta gente tendem *a não achar trigo* que é para, *provada a falta*, começar a importação, é melhor não falar n'elles.

Eu, que não sou dos lavradores mais boçaes, tenho-me visto já a perros para vender o trigo que produzo e pensado em mandar para o diabo a sua cultura, a não ser para as necessidades da minha casa.

O trigo estrangeiro que venha, com os demonios. Se Portugal não o produz, porque não ha-de vir? Se os habitantes dos grandes centros só querem pão alvo, proveniente de trigos molles, porque não hão-de vir os trigos molles? Ganha o governo, ganha o moageiro e ganha o publico (este ganha a brancura do seu rico pão de bico). A' lavoura nacional garanta-se o consumo do seu trigo nas provincias, livre da concorrencia do estrangeiro, e todos lucraremos com isto.

Apesar do Alemtejo sêr um sertão, a sua população não tem fome nem emigra, ao passo que nas provincias onde a divisão da propriedade attingiu o ideal (?) a emigração é desoladora e a fome um triste facto. Sustentam-se de estevas, o diabo dos alemtejanos!

*

Com respeito ao barateamento dos trigos ninguem pense que Portugal poderá jámais competir com o preço do trigo americano — e ainda bem.

A origem d'esta barateza é igual á que permitte os preços irrisorios com que podem ser lançados no mercado certos artigos japonezes que invadiriam o mundo se as alfandegas o não impedissem — o preço infimo porque trabalham as classes inferiores da sociedade. Na America, de onde vem o trigo barato, é extrema a miseria de certas classes trabalhadoras. As machinas, tambem baratas, completam a obra.

Em Portugal o trabalhador rural, comquanto mal pago, em face da carestia extraordinaria da vida, obtem, pelo menos no Alemtejo, uma remuneração razoavel do seu trabalho. Quanto ás machinas custam carissimas e não são de facil manejo para a nossa gente dos campos. Faltam-nos tambem as uberrimas planices americanas.

*

Resta falar na irrigação do Alemtejo, que não ha dinheiro para se fazer e que não daria nunca os resultados que se julga, nas condições em que se tem projectado.

Note V., eu não sou contra este grandioso projecto mas quando elle não começar por um certo general dizer "eu quero lá saber da irrigação do Alemtejo, o que quero é o meu filho nomeado para a commissão de estudos„ . . . vem por tirar 1 kilometro, para cada lado dos canaes, para proveito da empreza, deixando os lavradores sem os seus terrenos e sem as vantagens da irrigação!

Ainda tinha muito mais para dizer, não esquecendo o aceio e hygiene que um seu correspondente acha exemplar nas padarias de Lisboa (ou elle não tivesse sido padeiro) e as cooperativas, mas ficará para outra carta, se V. achar esta em condições de interessar o publico.

28-3-910.

De V. etc.

Um lavradoreco.

Sim, senhor. E' acceite, e bem acceite, a discussão serena e sincera das nossas opiniões. E se não conhecemos a questão *muito bem*, como dissémos— talvez houvesse ahi qualquer coisa de gabarola, a que tanto nos sujeita este temperamento peninsular mal educado — sabemos d'ella o sufficiente para não fazermos muito má figura no meio d'esta bella sociedade.

E assim é bom, c'os diabos. Ter má lingua, é facil. Dar bordoada, já não é tão facil. Não dá bordoada quem quer. Borboada, é claro, de deixar um homem desazado. Mas dar bordoada e saber, ao mesmo tempo. dizer duas coisas sobre os problemas sociaes que agitam Portugal e a humanidade, vamos lá: é *reunir o util ao agradavel.* Com Deus, que esperamos ter a honra de não apparecer aos olhos do nosso *lavradoreco* como um dos taes bisborrias da Arcada do Terreiro do Paço.

O signal da cruz, e adeante.

Não ha duvida que eu não conheço a questão praticamente até ao ponto de saber *charruar, semear, gradar, mondar, ceifar, debulhar, cavar,* como os ideotas da Arcada do Terreiro do Paço. Eu sei *o que é* charruar, semear, gradar, mondar, ceifar, debulhar, moer e julgo que o sabe toda a gente, sem exclusão dos idiotas da Arcada do Terreiro do Paço. Mas pegar no rabo do arado ou no cabo da enxada, nunca peguei. Como o meu antagonista nunca se atirou a bater uma massa e a fornear.

O auctor da carta sabe a fundo, pois é

lavrador, lavrador intelligente e culto, vê-se, todos os segredos da arte de cultivar. Mas já não sabe, certo, todos os segredos da arte de moer e todos os segredos da arte de panificar. O assumpto é tão complexo... tão vasto . . .

Não sabe. Nem, para conhecer a questão a fundo, precisa saber tanto. E nós estamos no mesmo caso.

Posto isso, limitemos a dois ou tres pontos a nossa argumentação. D'outra forma, nem as quatro paginas do *Povo de Aveiro* nos chegavam.

Começo porque não percebo como o senhor se tem visto a perros para vender o seu trigo. O senhor ha de nos explicar isso, pois foi das coisas que mais nos surprehenderam na sua carta, aliás, sob todos os pontos de vista, muito interessante. Como foi isso?

Já nos admira que os lavradores boçaes não saibam que teem em Lisboa, por preço certo, venda certa do seu trigo. Então o que fazem os syndicatos? Então nem ao menos esse serviço, o de os elucidar, prestam aos pequenos e rusticos lavradores os grandes e intelligentes lavradores?

Olhe, por aqui, que não ha terras de trigo, nenhum lavrador o ignora. Evidentemente não vale a pena, a um homem que tem meio carro de trigo, ou mesmo um carro de trigo, manda-lo a Lisboa manifestar. Mas sabe o que faz aqui o Syndicato? Aconselha-os, aos cultivadores, a juntarem o trigo, a formarem lote, para o manifestarem em seguida. Uns seguem esse conselho, outros não seguem. Todavia, ninguem ignora, ninguem, que vende o trigo em Lisboa, querendo manda-lo a Lisboa.

Mas vá, admittâmos que não succeda o mesmo no Alemtejo, região de trigo e mais perto de Lisboa. Não queremos duvidar da sua palavra. Não duvidamos mesmo. Mas até o senhor tem difficuldades em vender o seu trigo? O senhor?! Essa agora . . .

Francamente, espanta-nos. Chegamos mesmo a não perceber coisa nenhuma.

Não ha trigo nenhum manifestado que não seja vendido. Nenhum. Nem pode haver. Logo, se o senhor tem difficuldades, se o senhor se vê a perros, como diz, para vender o trigo que produz, é porque, incontestavelmente, não o manifesta. E porque não o manifesta o senhor? E' um caso interessantissimo!

Eu sei que muita gente não manifesta o trigo e revolto-me contra isso. Essa é uma das grandes poucas vergonhas que o governo auctorisa. Mas o senhor é um homem sério. De toda a sua carta se evola um ar de seriedade e de sinceridade que se nos impõe. O senhor não deixa de manifestar o seu trigo por especulação, como os outros. Porquê, então?

Fala-me nos manejos dos agentes dos moageiros. "Essa gente—palavras suas—tende sempre a não achar trigo, para, provada a sua falta, começar a importação„.

Mas é legitimo! Como se indigna o senhor tanto contra um processo legitimo? Cada vez estou mais surprehendido!

Diga-me: que obrigação tem o moageiro de mandar procurar trigo? Se o manda procurar é porque nem o governo nem o lavrador cumprem o seu dever. Então elle é que ha de pagar, ainda por cima, a falta do cumprimento do dever por parte do lavrador e por parte do governo?

A lei diz os periodos em que se hão de manifestar os trigos. Muito claramente. Muito expressamente. Manda o lavrador o seu trigo ao Mercado Central n'esses periodos? Vendeu-o. E vendeu-o por bom preço. E' pela certa. Não manda? Que temos nós com isso? Que tem com isso o moageiro? O consumidor? O publico?

Essa é uma das iniquidades contra as quaes se revolta o moageiro, e com toda a justiça. Iniquidade, illegalidade, pouca vergonha, que já teria acabado ha muito tempo se n'este paiz houvesse imprensa, parlamento, ou, por outra, deputados e jornalistas. Mas os deputados e os jornalistas são uns asnos, sem deixarem, ao mesmo tempo, de ser uns torpes. O senhor dil-o. E, dizendo-o, só diz uma verdade, só pratica um acto de justiça.

Não, meu caro senhor, nós não somos inimigo da lavoura. Poderiamos ser torpe, tambem. Mas o que não somos, permittanos a immodestia, é estupido. E ser inimigo da lavoura, e combater a lavoura, seria, simplesmente, ser estupido.

Nós não somos inimigo da lavoura. Somos inimigo mas é da hypocrisia, da especulação, da illegalidade, do privilegio, da mentira.

A lavoura, no que diz respeito a cereaes, tem a lei *mais protectora do mundo*. Oiça: *do mundo*. O senhor diz que a respeito de barateamento de trigos nunca poderemos competir com a America. Pois é claro. Nem com a America nem com outros paizes em excepcionaes circumstancias de cultura. Mas poderiamos competir com a Hespanha. Mas poderiamos competir com a França. Mas poderiamos competir com a Allemanha. Mas poderiamos competir com a Italia e com outros paizes. Não competimos *com nenhum*. Com nenhum! Nem mesmo com a Italia, onde o pão, principalmente em certas provincias, é caro. O pão, em Portugal, é o pão mais caro do mundo. Se isto não é absoluto, pode ser que tenhamos n'este instante algum lapso de memoria, pelo menos as excepções são pouquissimas. Pouquissimas! Ora se a protecção á lavoura, no que diz respeito a cereaes, é tão estupenda que não ha noticia nem lembrança d'outra egual no mundo, fiquemos por ahi. Meu caro senhor, fiquemos por ahi. Cumpra-se a lei, e disse. Porque não se cumprir a lei, em taes casos, não é só um revoltante abuso. E' mais. E' um despotismo. E' uma tyrannia. E' uma affronta.

Diz o senhor que o lavrador com a cultura dos cereaes não tem enriquecido, e que o moageiro está podre de rico. Nós não temos nada com isso. Eu, já o disse, não defendo o moageiro, nem ataco o lavrador. Eu defendo a verdade. Eu defendo a razão. Eu defendo a lei. Quem está fóra da lei? Quem está fóra da verdade e da razão? E' o lavrador? Eu ataco o lavrador. E' o moageiro? Eu ataco o moageiro.

Não está tal podre de rico. O moageiro não está tal podre de rico. Sejamos justos! Contra a verdade, a não ser por ignorancia ou por engano, é que eu não vou. Ha moageiros riquissimos em Portugal. Isso ha. Mas d'ahi até dizer-se, genericamente, que o moageiro está podre de rico, insinuando-se que a industria da moagem dá lucros fabulosos no momento actual, vae um abysmo. Como havia a industria da moagem de dar lucros fabulosos no momento actual se nós temos 105 fabricas matriculadas, só as matriculadas, numero muito superior ao que comportam as necessidades do paiz?

Isso é um *argumento admiravel*, mas para quem não sabe nada d'isto. D'esse *argumento admiravel* teem tirado um resultadão os partidarios do actual regimen cerealifero, mas porque estão n'um paiz de idiotas ou n'um paiz de burros. Onde poucos pensam ou estudam. D'outra forma, o argumento ter-se-hia voltado contra aquelles que o empregam como succede sempre que se argumenta com sophismas.

Ha, na verdade. Na verdade, em Portugal ha moageiros podres de ricos. Mas quantos são elles? Mas quem são elles? Ao todo, uma duzia. Não serão mais. E quem são? Aquelles que tinham fabricas de moagem no principio da moagem Austro-Hungaro. Ou os herdeiros d'esses. Esta é que é a verdade, que *um lavradoreco* não contesta, já porque não pode, já porque, pela sua sinceridade, não é capaz d'isso.

Mas, repetimos, isso pouco importa. Isso é um caso secundario. Nós não temos nada com isso. O que se discute é isto: rico ou não rico o moageiro, pobre ou não pobre o lavrador, a lei não foi feita para proteger o moageiro, foi feita para proteger o lavrador. A lei não dá garantias ao moageiro, ou poucas lhe dá. Dá, sobretudo, garantias ao lavrador. Como havemos, então, de abusar ainda da lei contra o moageiro e a favor do lavrador? Pois não basta a extraordinaria protecção legal ao lavrador? Ainda é precisa a illegalidade? Ainda é preciso saltar para fóra da lei? Ainda é preciso o abuso?

Ah, que é affontoso! Nós não dizemos: é espantoso. Nós dizemos: é affrontoso!

A lei diz ao lavrador: "Vocemecê tem venda certa do seu trigo. E tem preço certo pelo seu trigo. Vocemecê declara n'uma coisa que ha em Lisboa, e que se chama Mercado Central dos Productos Agricolas, qual é a quantidade de trigo molle e de trigo rijo que produziu. E eu obrigo o moageiro a comprar-lhe, a 720 cada dez kilos, *todo* o seu trigo molle, e a 690 *todo* o seu trigo rijo„.

Que mais é preciso?

A lei marca, alem d'isso, as epochas em que se ha de manifestar o trigo.

O lavrador não manifestou o seu trigo? Ou deixou passar a epocha determinada sem manifestar o trigo? Que tem a lei com isso? Que mais ha de fazer a lei? Se fizer mais, como faz, não é lei. E' pouca vergonha. E' arbitrio. E um paiz sério e bem governado não admitte, a ninguem, poucas vergonhas nem arbitrios. A ninguem!

Diz *um lavradoreco* que os agentes dos moageiros *tendem a não achar trigo*, para que, *provada a falta*, lhes seja concedida a importação do trigo estrangeiro. E' boa! Mas então que queria *um lavradoreco* que elles fizessem?

E' boa! E' mesmo muito boa! Então os lavradores não manifestam o seu trigo nos periodos marcados pela lei! Não cumprem a lei! E quem tem a culpa . . . são os moageiros!

Então os moageiros é que hão de andar pelo paiz a descobrir o trigo! E se o não descobrem, ou fingem que o não vêem, aqui d'el-rei que são patifes!

E' muito boa!

Os moageiros fazem o seu negocio *licito*. Sendo mau, em regra, o trigo nacional, não comprariam nenhum, se podessem. Mas a lei obriga-os a compra-lo. E elles compram-no. O lavrador, porem, não manifestou o trigo. Não cumpriu a lei. E o moageiro, naturalmente, diz, e muito bem: "Pois se a não cumpriu, comprisse-a„. O que ha n'isso d'extraordinario? O que ha n'isso de criminoso?

Ahi quem anda mal é o lavrador. Só o lavrador. Perdão: o lavrador e o governo. Porque o governo, não só não decreta a importação logo que passam os periodos do manifesto, como ainda, *fóra dos prasos legaes*, **torna a acceitar manifestos** quando está para decretar a importação. E nem assim o lavrador . . . se chega ao rego.

Porquê?

Por um jogo d'exploração a que todo o governo sério poria termo.

Ha dois generos d'explorações a attender. Primeiro, o que faz o moageiro com o lavrador pobre na epocha das colheitas. Segundo, o que faz o lavrador abonado ou rico com o moageiro passados os periodos do manifeito.

Na epocha da colheita, o moageiro procura o pequeno lavrador para lhe comprar o trigo por preço inferior ao da tabella. O lavrador é pobre, não pode esperar, precisa de dinheiro, ou tem muito pouco trigo não lhe valendo a pena transporta-lo para Lisboa, e vende. Quanto perde? Não sei. Aqui, n'esta região, não perde coisa nenhuma, porque, geralmente, não vende o trigo por menos de dois ou tres reis em cada kilo. Ora isto era o que elle gastava a transportar o trigo para Lisboa, até este dar entrada no *Mercado Central de Productos Agricolas*. Vende-o por menos em outras regiões? Perde dinheiro? Deve perder. Mas é preciso notar que essa exploração do moageiro está *ao abrigo da lei*, ou antes, *não é feita contra a lei*, e seria facilmente evitada se em soccorro do pequeno lavrador viessem as varias associações agricolas que estão, de ha muito, em pratica no estrangeiro. Lá fóra os lavradores não estão *sempre* e *em tudo* á espera dos governos. Unem-se, ligam-se, entendem-se, associam-se, tirando dos seus esforços, das suas actividades, das suas intelligencias, conjugadas, poderosos recursos para a lucta.

Essa exploração não é feita contra a lei, pois que a lei garante ao lavrador melhor preço quando o seu trigo seja manifestado.

Mas a outra, sim. Porque não manifesta o lavrador abastado o seu trigo, principalmente o trigo molle, em tempo competente? Porque se fiou na cumplicidade *illegal*, por isso mesmo escandalosa, dos governos. Porque sabe que o governo não decreta as importações, acabado o periodo dos manifestos. Porque sabe que o governo hesita, afrouxa, recúa, emquanto o lavrador gritar *que ha trigo*. E ahi anda o moageiro pelo paiz, com os trigos a esgotarem-se-lhe, a ver se encontra algum grão para moer. Por que preço? Pelo preço que o lavrador quizer.

Ora eis aqui a illegalidade. Eis aqui o abuso. A lei não dá garantia nenhuma ao moageiro. Ou dá-lhe muito menos garantias do que ao lavrador. E os governos, pondo a lei de parte, já tão extraordinariamente favoravel aos lavradores, ainda consentem e favorecem esses abusos.

E' isto que nós combatemos. E' isto que não pode ser.

Ainda não dissémos tudo. Temos muito, e muito para dizer. Mas isto vae longo. Ficará o resto para domingo. Falaremos então sobre trigo molle, falaremos então sobre trigo rijo, falaremos então sobre pão claro e pão trigueiro, sobre muita coisa ainda. Mas não fique *um lavradoreco* com a impressão de que somos inimigo do lavrador ou de que combatemos a agricultura. Seria uma grande estupidez.

Queremos a legalidade, sómente. Não gastamos de arbitrariedades, venham ellas donde vierem, nem de abusos.

Desculpe *um lavradoreco* qualquer termo mais vivo que lhe possa ferir o tympano, que nem de perto nem de longe o queremos melindrar, antes lhe agradecemos chamar-nos a terreno n'estas questões que são precisas, — assim outros, n'outras questões publicas de que temos conhecimento fizessem o mesmo, porque, repetimos, não basta dar bordoada, *isto tambem é preciso*,—e affirmando-lhe o prazer com que lemos a sua carta, por muitos titulos interessante, aqui nos terá ás suas ordens no proximo domingo.

Até domingo.

Assumptos militares

Como no ultimo numero dissémos, publicámos aqui uma carta em 27 de fevereiro relativa a determinadas irregularidades que se diziam praticadas na promoção do sr. José Francisco Lopes, tenente de cavallaria. Este senhor escreveu uma carta a um amigo nosso rectificando as allegações feitas. Aquelle amigo facultou-nos a carta que, como tambem já dissémos, ficou esquecida no meio da nossa papelada. Da nossa immensa papelada. Ahi vae hoje a rectificação, e aos dois pedimos desculpa da involuntaria demora.

Diz o sr. Lopes:

" Eu julgava que estava isento de figurar no Povo de Aveiro *e mais ainda imaginava que tendo sido militar o seu illustre director não seriam alli desbravados assumptos militares tão rudemente e com o sophisma que as nossas leis permittem, graças a Deus!*

O Leitor assiduo *que em 19 do corrente mez eudereçou ao referido senhor uma carta em que tenta provar uma supposta illegalidade na minha promoção a tenente, que foi feita em harmonia com a lei, melhor seria que buscasse possuir o natural dom da percepção e se não ennovelasse na mais completa ignorancia para convencer os demais leitores de que eu fui favorecido por qualquer ordem de injustiças, escandalosamente praticadas!*

Se esse cavalheiro, — naturalmente um dos feridos pelo meu accesso — , estivesse ao serviço do ministerio da marinha e se aproveitasse do disposto na parte final do art. 9.º da lei que cita, veria claramente que a minha declaração enviada pelo Governador de Cabo Verde, que, como os Ministerios da Marinha e da Guerra, tambem sabe ler e interpretar, foi entregue em tempo competente, como acaba de succeder com o alferes da minha arma, recentemente regressado de Moçambique, Abilio Augusto Sobral, que hontem foi promovido a tenente, nas mesmas condições em que eu o fui, d'onde se conclue que a respectiva declaração não é falsa.

A'quelle, bem como a mim, — e aqui é que eu vejo que o tal janota não sabe lêr! — que não pode ser contado o tempo de licença da junta como commissão de serviço no ultramar, jamais ido da Guerra para a Marinha, mezes depois, como quer elle que eu perca o direito á commissão que só depois de amanhã é que para mim começa?

Seria bom que tu, como amigo que és do Sr. Homem Christo, lhe reproduzisses o que deixo dito para que elle saiba como foi enganado e por seu turno enganou os seus leitores, que desconheçam as bellezas das leis que desagradam aos preteridos!

A' referencia que nos é feita só responderemos o que n'outro logar, sobre o mesmo assumpto, já fica dicto: quando se trata da interpretação de leis, tão variadas, tão desencontradas, tão oppostas, tão mal feitas — então no exercito é um inferno — deixamos isso sempre ao cuidado dos interessados.

Fomos militar, é certo, e sabiamos de legislação alguma coisa. Mas parece-nos que nunca encontrámos no exercito duas pessoas que interpretassem as leis da mesma maneira. A's vezes leis clarissimas. E era um sophismar . . . um chicanar . . . oh que inferno!

Não. N'isso não nos mettemos. A não ser quando tenhamos d'intervir *como juiz*. Então diremos do nosso saber e da *nossa justiça*.

Mandam-nos um numero da *Palavra* e por elle vemos que se lançam suspeições sobre todos os jornaes que tendo falado na questão dos assucares se abstiveram de continuar a tratar essa questão.

Não se cita o *Povo de Aveiro*. Mas como nós tambem tratámos a questão e conhecemos a podridão do jornalismo, que se presta a todas as suspeitas, apressamo-nos a varrer a nossa testada.

O auctor dos artigos que sahiram aqui contra a Companhia do Assucar era um anonymo. Não o conheciamos. Mas como os artigos nos pareceram bons, publicámo-los. De graça, é claro. Aqui não se publicam coisas d'essas por dinheiro.

Dias depois um nosso assignante de Lisboa, sem mascara, com o seu nome por baixo, dizia-nos em carta: «Olhe que você está sendo victima d'uma *chantage*». Immediatamente fizemos avisar o anonymo, não por o conhecermos, mas por elle ter indicado uma casa para onde mandava ir alguns exemplares do *Povo de Aveiro*. Diziamos ao dono d'essa casa que, se conhecia o anonymo, lhe dissesse que desde que cahia sobre elle uma suspeição não continuariamos a publicar os seus artigos sem elle nos dar uma garantia da sua auctoridade moral.

O homensinho não quiz e ainda se abespinhou todo, sempre a coberto do anonymato, por ousarmos duvidar da sua pessoa!

Hein? Ousavamos duvidar da auctoridade moral d'um anonymo! Já era!

E' claro: nem o anonymo mandou mais artigos nem, se os mandasse, seriam publicados.

Pelo que nos toca, eis tudo. Não vá alguem imaginar, pelo que diz a *Palavra*, que tambem nós nos vendemos aos dissidentes ou ao Alpoim!

E, para remate, uma coisa interessantissima: é tal a *lisura* d'esses *gajos* de *companhias*, em geral bandoleiros eguaes aos da politica, muitas vezes tambem politicos, e tão abandalhado está em Portugal o jornalismo, que ou se tome partido por uns, ou por outros, nas suas questiunculas, acodem immediatamente ao espirito do leitor suspeitas de *chantage* ou de suborno.

A licção de moral . . . é essa.

Pau de dois bicos

. . . Sr. director do *Povo de Aveiro*.

Assignante e leitor assiduo do *Povo de Aveiro*, admiro o desassombro com que V. vem escalpellando o espirito de banditismo que existe n'este malaventurado paiz. Todas as semanas o popularissimo jornal de V. vem apontando novos casos de protecção escandalosa dispensada, pelos que servem a monarchia, aos republicanos de todas as cathegorias. Permitta-me V. que eu lhe desvende mais um de tantos casos de egual natureza e que é um cumulo de escandalo. Ha na alfandega do Porto um inspector superior, sr. Mendes de Magalhães, a cento e tantos mil reis por mez, que desde novembro de 1908 não apparece n'aquella casa fiscal, como por lei era obrigado, recebendo apezar d'isso os seus vencimentos com o pretexto de que se encontra doente. Este funccionario altamente graduado, que está doente para comparecer na alfandega, toda a gente sabe que é um negociante de vinhos, que anda n'uma azafama constante entre o Porto e Penajoia, lá para os lados de Lamego, e que só para isto tem saude e para nos fins de mez ir receber *pessoalmente* os seus ordenados. E sabe V. quem é aquelle senhor? E' nada mais nada menos do que o pae do illustre caudilho Alfredo de Magalhães, lente da Escola Medica e orador de comicios nas horas vagas.

Ha na alfandega muitos vigias vermelhos, que poderiam ter informado do magno escandalo os immundos orgãos da grei, mas que, se elle é correligionario! . . .

E' assim toda a moralidade republiqueira.

Porque será que o sr. director da alfandega do Porto e o sr. Administrador Geral patrocinarão tão escandaloso caso, ainda com a aggravante de já lhe terem mandado a casa o medico official, que não encontrou o illustre cidadão, o que aliás será difficil attentos os seus muitos e variados negocios de taberneiro? Estará tambem o sr. Ministro da Fazenda resolvido a patrocinar o escandalo?

—

O caso ahi fica relatado com toda a singelleza e se V. entender que valerá a pena referi-lo, pode faze-lo porque é absolutamente verdadeiro e pode ser comprovado por todos os empregados da alfandega, pelos habitantes de Penajoia, onde aquelle cavalheiro têm as suas quintas e armazens e pelos numerosos frequentadores da taberna que sua Ex.ª tem tido ali para os lados do Padrão e rua de Santo Ildefonso.

—

V. sr. director fará os commentarios que julgar convenientes e promettemos voltar ao assumpto se preciso fôr.

28-3-910.

Um assignante portuense.

Pedem-nos para tratarmos um caso occorrido na Guarda Municipal de Lisboa. E' um caso disciplinar. Como todos os da mesma natureza, melindroso. Sem sabermos de que lado está a razão, não podemos entrar n'isso.

E lá veem, a proposito, novamente, accusações ao tenente coronel Alvim.

Accusações e revelações.

E' o diabo!

Na Guarda, e sobretudo nos postos superiores, não devem estar officiaes . . . com fraquezas.

Se teem amor á disciplina, e á força moral da Guarda, não se esqueçam d'isto.

Theatro Aveirense

Dentro de poucos dias, virá a esta cidade, dar dois espectaculos, a Companhia de Opera Comica e Opereta, dirigida pelos actores Leopoldo Froes e Simões Coelho, da qual faz parte como primacial figura a actriz-cantora, Dolores Rentini, que pela primeira vez vem ás provincias em excursão artistica.

As duas recitas de contracto, realisam-se com a representação das celebres operetas de exito mundial: «A Viuva Alegre» e «Sonho de Valsa». Ambas são representadas com scenarios pintados por Eduardo Reis e Reis, Filho para esta companhia, assim como o guarda-roupa, do *costumier* Castello Branco, é feito sobre os figurinos de Londres.

«A Viuva Alegre» tem a seguinte distribuição: *Anna Glawaria* (A Viuva Alegre), Dolores Rentini; *Valentina*, Virginia Santos; *Praskovia*, Aurelia dos Santos; *Silviana*, Alice Nunes; *Olga*, Felismina Silva; *Lóló*, Gertrudes Queiroz; *Barão Zêta*, José Alves; *Conde Danilo Danilowichts*, Leopoldo Froes; *Niégus*, Simões Coelho; *Kromou*, Abilio Baptista; *Conde Camillo de Rossillon*, Eduardo Barreiros; *Cascadat*, Horacio Campos; *Patrapat*, Alfredo Souza; *Pritschists*, Estevão Santos; *Bogdonowichst* Henrique de Oliveira. Convidados, musicos e bailarinas de Ducado de Montenegro.

«O Sonho de Valsa», é assim distribuido: *Franzi* (maestrina viennense) Dolores Rentini; *Princeza Helena*, Virginia Santos; *Condessa Frederica*, Aurelia dos Santos; *Fifi*, Felismina Silva; *Anninhas*, Bertha de Albuquerque; *Gigi*, Gertrudes Queiroz; *Zizi*, Alice Nunes; *El-Rei Joaquim XIII*, Leopoldo Froes; *Principe Lotario*, Simões Coelho; *Tenente Niki*, Eduardo Barreiros; *Mouschi*, Alfredo Souza; *Segismundo*, José Alves; *Vandolino*, Henrique de Oliveira. Diplomatas, militares, e povo.

Esta companhia traz corpo coral, professores de orchestra de Lisboa, etc.

Dado o conjuncto, é de prever a bôa execução das citadas peças, novas para a provincia.

CARTAS LISBOETAS

29 de março.

A Camara da cidade realisou hontem uma sessão solemne para commemorar o 1.º centenario de Alexandre Herculano.

Fallaram Manuel de Arriaga e o dr. Carneiro de Moura, o sr. Cunha e Costa e Agostinho Fortes.

Manuel de Arriaga fallou bem, como sempre, fez um bello discurso, disse em palavras expressivas a sua grande admiração pelo historiador portuguez, recordou em alevantados termos as nossas glorias passadas, traçou, emfim, nas suas linhas geraes, o perfil moral de Herculano, estabelecendo as afinidades do seu espirito philosophico com Epicteto e Marco Aurelio.

Em nome do moderno espirito democratico que, apesar das suas falsificações, vae um pouco, por toda a parte, avançando, ninguem, nenhum homem tinha mais auctoridade para fallar de Herculano do que Arriaga, porque se, no meio d'esta insulsa decadencia que atravessâmos, alguem, ahi assim, entre a turba-multa de politicos e litteratos, se approxima da austeridade moral, da inteireza de caracter, da stoica sobriedade de Alexandre Herculano, esse alguem é, sem a mais leve sombra de uma duvida, Manuel de Arriaga.

Não é possivel reproduzir aqui o que disse o velho republicano, não tendo tomado uma unica nota, escrevendo ainda sob a impressão de momento, sem o auxilio dos extractos da imprensa.

O seu discurso foi uma commovida homenagem de sinceridade e admiração pelo historiador, pelo soldado, pela liberdade, pelo romancista, pelo philosopho, pelo poeta que o grande Herculano foi dentro da sua patria e da sua raça, e raras vezes a verdadeira, a pura, a nobre eloquencia, a que vem do coração e do espirito subiu tão alto como nos labios d'aquelle homem bom que fallava d'outro homem bom, d'aquelle homem justo fallando d'outro homem justo, nos labios d'aquelle poeta evocando a alma d'ess'outro poeta.

Não era a eloquencia official, fardada de grande gala, pontificando entre bocejos de ouvintes descuidosos, era a do homem simples fallando a linguagem austera da verdade, a linguagem clara e sóbria da justiça.

Foi, pois, acertadissima a escolha da municipalidade. O convite a Manuel de Arriaga para fallar de Alexandre Herculano honrou a camara de Lisbôa, honrou o povo de Lisbôa, não só pelo que elle disse como pela figura moral que elle é, e ainda que nenhuma outra consagração ao nosso historiador se fizesse, ainda que por ahi a commemoração do centenario ficasse, de alguma maneira, de uma nobre maneira, Lisboa teria pela bôcca de Arriaga saudado o maior homem que nos deu no seculo XIX.

Mas toda a medalha tem o seu reverso, e o reverso d'este discurso de Arriaga foi o que disse o sr. Cunha e Costa, legitimo representante d'esse espirito coimbrão, palrador, aliteratado e futil.

Quanto Arriaga teve de nobre pela alta sinceridade da sua palavra sobria e correctissima, teve-o de ridiculo pelo enfatuado da sua phrase arrebicada e rethorica o sr. Cunha e Costa, e emquanto Arriaga via diante de si o vulto austero de Herculano, sahido do povo, honrando o povo, servindo de symbolo da alma d'esse povo, o sr. Cunha e Costa não cuidava senão de arrancar umas palmas do povo pela lisonja feita a esse povo que, ainda não educado para a democracia, como o povo do tempo de Herculano não o estava para o liberalismo, não nega nunca os seus applausos aos bonécos que na feira da nossa politica lhe excitam o temperamento meridional com imagens e fogos de vista.

Sim, o discurso do sr. Cunha e Costa foi uma demonstração mais de quanto em Portugal se abusa da ignorancia das massas populares, se diz nas bochechas do povo tudo quando possa servir os interesses da propaganda das facções, sem protesto, antes com applauso dos que não comprehendem o lôgro.

Esta homenagem do sr. Cunha e Costa a Alexandre Herculano é perfeitamente caracteristica, é verdadeiramente typica. E' a decadencia palavrosa do espirito portuguez diante da austera sobriedade do historiador que melhor comprehendeu o espirito da sua epocha, que melhor encarnou a alma portugueza. Cunha e Costa é o periquito empertigando-se em face da águia.

Não importa, agora, o seu passado politico, as suas contradições, os seus peccadilhos, os seus erros, o seu arrependimento da ultima hora, o seu republicanismo accomodaticio. Isso está tudo explicado ou não está explicado— não vem ao caso.

O que cumpre é accentuar que esse homem, que é considerado, hoje, um dos caudilhos da chamada democracia portugueza, que passa por possuir uma illustração fóra do vulgar ao serviço d'um talento digno de nota, mostrou no seu discurso sobre Herculano uma de duas coisas, qual d'ellas a mais grave para a sua reputação mental ou para a sua moralidade: ou desconhecer Herculano ou, para ridiculos effeitos oratorios, deturpar a verdade sobre Herculano,

Qualquer que seja o seu feitio moral, esse homem tem certas responsabilidades mentaes, gosta de impôr-se pela grande cópia de conhecimentos, quer abordar todos os assumptos, fallar de tudo. Por isso, é mister que isto se diga bem alto, com a sinceridade com que Agostinho Fortes se referiu, contradizendo, a algumas partes do seu discurso, o que Cunha e Costa disse na camara constituiu, pode dizer-se, um fiasco.

Litterato, Cunha e Costa não considerou Herculano como litterato; publicista não o viu, não o quiz vêr, quem sabe se o não saberia ver! por essse prisma, em Herculano tão complexo; homem de lei, Cunha e Costa não estudou a influencia do trabalho de Herculano na codificação do nosso direito civil.

O que fez, então?

Disse com uma certa elegancia, com uma relativa forma litteraria, meia duzia de coisas geraes sobre Herculano, como o diria, talvez, soccorrendo-se dos seus apontamentos, qualquer estudantinho do lyceu chamado á licção em litteratura. Reproduziu umas ideias de Theophilo

Braga, (1) certos reparos criticos á obra de Herculano, e se não affirmou, como Theophilo, que Herculano não possuia a vocação litteraria, accusou-o de ter abandonado o povo, o que não é verdade, como Agostinho Fortes lhe disse e Cunha e Costa tinha obrigação de saber.

Vejamos, muito rapidamente, o que foi o seu discurso, não para lhe fazermos sérios reparos criticos, o que não seria difficil se, integralmente reproduzido, elle houvesse de ser submettido a nosso exame, mas tão somente para accentuarmos quanto tal discurso é bem o retrato d'essa democracia palavrosa que não tem sabido, nem poderá nunca, levantar o espirito publico em Portugal.

Porque a verdade é esta: ou se muda de processos, ou se procura trabalhar com sinceridade, com honestidade, ensinando o povo sem enganar o povo, dizendo-lhe a verdade sem o lisongear, ou o melhor, como dizia Cunha e Costa em tempos, duvidoso do triumpho da sua ideia, o melhor é ir cada um para casa tratar da sua vida.

* * *

Começou Cunha e Costa por alludir á sua *viagem* a Alcobaça, á sua conferencia em Alcobaça, ao seu regresso de Alcobaça. Contou que perdera o comboio, que fora de automovel, que chegara ás 7 horas e meia da tarde, que dissera o recado, que ás 3 da madrugada, ainda de automovel, se puzera a caminho, porque, merecendo-lhe o povo de Lisbòa toda a consideração, não queria faltar alli, á sessão da camara. E accrescentou que as estradas são pessimas, o que toda a gente sabe, que nas colonias inglezas as ha melhores, o que, tambem algumas pessoas não ignoram, e, assim, recheiando isto com umas pilherias, fez rir o auditorio.

Quer dizer—chegou, fêz uma pirueta, tilintou os guizos. Riram-se. Agradece com um meneio e vae começar. Procura estabelecer os pontos de concordancia entre a obra de Herculano e a obra da democracia portugueza, e, assim, affirmando que Herculano descobrira o povo aventa que não comprehendeu o povo, que Herculano não entreviu o espirito democratico moderno.

Herculano não conhecia a democracia? Não conhecia a *democracia* de hoje, a de Bernardino Machado e de Cunha e Costa, a que se berra nos comicios e a que se rabisca nas folhas, mas olhe que não sendo um democrata, como Fortes disse que nem mesmo poderia ser, Herculano escreveu isto nos *Opusculos*:

«Uns tinham visto de perto a face da *democracia*: tinham-na visto por entre a selva de oitenta mil baionetas que fôra preciso quebrar-lhe nas mãos para a liberdade triumphar; tinham-na visto nas chapadas e pendores das colinas que circundam o Porto, até onde os olhos podem enxergar, alvejando-lhes nos hombros os cem mil embornaes preparados para recolher os despojos da Cidade da Virgem, da cidade maldita rendida e posta a sacco; haviam-na visto de machado e cutello em punho, mutilando e assassinando prisioneiros inermes e agrilhoados. O liberalismo achára a catadura da *democracia* pouco sympathica.»

Vira Herculano mal a democracia? Sem duvida, mas Herculano era do seu tempo, foi um sincero liberal, foi um homem justo, bom, austero e intransigente.

Cunha e Costa diz que se vê Herculano por detraz das suas personagens e falla de Mem Bugalho e de Fr. Vasco. Sim, não ha duvida que a alma de Herculano vibrava de indignação nas apostrophes apaixonadas do cisterciense e o seu espirito são falla, muitas vezes, pela bôcca sincera do jurisconsulto propugnador das regalias da *arraia miuda;* mas o quadro de Cunha e Costa é imperfeito, agrada ao ouvido mas não satisfaz a curiosidade do estudioso, poderá seduzir mas não ensina, embriagará, mas não convence. Cunha e Costa não nos dá os traços psychologicos das figuras criadas por Herculano ou d'aquellas que, desenterrando da historia, Herculano retocou e vestiu.

Na sua emphase oratoria resente-se a falta de observação critica.

De sorte que Cunha e Costa não fez, propriamente, a apologia de Herculano. Para elle Herculano foi apenas um pretexto para fallar da democracia portugueza, para fazer o elogio do partido republicano, um meio para o conseguimento dos seus fins.

E o seu fim era, como é sempre, arrancar palmas aos que o ouvem, preparar-se para saltar da vereação para S. Bento, coroado de gloria para se vingar do *Mundo* que o cobriu de lama.

Não é possivel aqui, n'estas cartas ligeiras, analisar a obra de Herculano, nem mesmo o tentaria fazer em ensaio de maior tomo quem se considera pequeno de mais para olhar de frente para esse gigante do pensamento. Não foi nunca essa nossa intenção, nem ao referirmo-nos á incompleta phrase de João de Menezes na carta ultima, nem ao darmos agora no discurso do sr. Cunha e Costa aquillo que o Eça chamava a beliscadura leve de uma unha ironica.

Mas é dever dos que se interessam pela obra da educação popular, dos que amam a verdade e presam a justiça, dos que nada pedem ao povo, nem palmas nem votos, nem agora nem nunca, dizer ao povo que esses homens falladores e inconsiderados, rethoricos enfatuados e criticos impertinentes não buscam mais, atravez da nacional ignorancia, do que elevar-se, fazer dos outros seu degrau para chegar ao Capitolio . . .

E' por isso que se o discurso de Arriaga foi para nós uma bôa réstea de luz, quente pela sinceridade da sua palavra, brilhante pelo fulgôr da sua intelligencia, acariciadora pela sedução da sua bondade, o discurso de Cunha e Costa nos deixou a desoladora impressão d'uma democracia futil que se estorce em palavreado, que vae ao exagêro do ridiculo e que sem estudo, sem ponderação, sem critica, pretende salvar com discursos esta patria embrutecida. Triste impressão essa que, ainda assim teve a desvanece-la o grito de Agostinho Fortes, contradizendo partes do discurso do ex-redactor do *Seculo*.

Eu conhecia já esse homem, pela sua vida; sabia que emquanto outros tratavam da sua vida elle sacrificava ás suas ideias a sua vida, e que, honesto e trabalhadôr, elle ia dizer a verdade.

Assim foi. Quando Agostinho Fortes se levantou e começou fallando eu tive um ligeiro estonteamento.

A palavra cantante de Arriaga encantara-me, a phrase natural do dr. Carneiro de Moura dera-me a impressão de que aquelle homem sabia o que dizia, a rhetorica de Cunha e Costa, não sei porquê, porque esse homem se não é para mim um santo está longe de ser um monstro, irritara-me . . . O que me iria dizer esse Agostinho Fortes em quem muitos novos teem postos os olhos de esperança, como um cooperador, como um amigo, como um orientador?

Aquelle homem simples começou a fallar de Herculano e, então, alheio a quasi tudo que vae por ahi, entregue aos meus livros, a alma amparada por um sonho bom, de perfeição e de paz, eu comecei a sentir que ainda não está tudo perdido, que ainda ha um fundo de resistencia nesta população portugueza e que é licito e é logico tentar um ultimo esforço.

A eloquencia de Agostinho Fortes — ainda que isto pareça phantastico aos ouvidos d'essa gente fanatisada pela oratoria de Alexandre Braga — foi soberbo. Não se pode dizer o que foi.

Aquelle homem disse mal, se quizerem, coisas bellas. Disse a verdade sem peias, não lisongeou, não adulou, e se não apresentou um estudo completo sobre Herculano, o que se não poderia fazer, áquella hora, fatigado já o auditorio, mostrou-nos Herculano tal como o gigante era, como elle ficará para sempre nos nossos corações e nos nossos espiritos — austero na sua bondade, stoico na sua philosophia, vidente e poeta, sonhador e apaixonado, pensadôr e sentimental espirito de soldado, alma de crente, cerebro de sabio, coração de justo.

Agostinho Fortes não arrebataria, convenceu; e esse homem de gabinete, como para ahi lhe chamam, assim como synonimo de mercador, disse melhor do que Cunha e Costa quem foi Herculano, o que elle é para a alma nacional e o que é preciso fazer para de alguma maneira merecermos o pertencer á mesma patria que deu esse gigante.

De sorte que o que ha a fazer é desprendermos o nosso espirito dessas rethoricas que poderão deslumbrar os nossos olhos, atordoar os nossos ouvidos, enlanguescer-nos os espiritos, amollecer-nos ainda mais, mas que não farão nunca levantar o nivel mental e moral da nação.

Formar o caracter nacional, criar uma consciencia civica, robustecer a vontade, illuminar a intelligencia, e então, sim, poderemos confiar em que alguma coisa de bom, de alto, de forte, depois de nós virá . . :

Belgavino.

(1) *As modernas ideias na litteratura portugueza* (vol. I pag. 45 a 63) Lugan & Genelioux, editores—Porto 1892

Em resposta á Emilia, escrevem-nos as nossas leitoras da costume:

Como lemos no seu jornal de domingo ultimo, a actriz Emilia d'Oliveira escreveu a V. accusando as auctoras das cartas de terem feito as revelações a respeito da creança que ella maltrata, por inveja. Inveja do seu talento! Coitada! Ella nem sequer pode comprehender que ha um sentimento chamado Humanidade, *e que ha pessoas que, sem comtudo presumirem de boas, não podem ver soffrer alguem injustamente, principalmente uma creança, sem se revoltarem e sem soffrerem tambem!*

Se em vez da creança, fosse a propria Sr.ª Emilia d'Oliveira ou outra qualquer pessoa desconhecida que vissemos soffrer sem defesa, maltratada, teriamos feito o mesmo . . . pedir protecção a alguem como V.

Não sei para que nos estamos justificando, se V. não nos accusou, antes nos defendeu. E . . .

E lamentam o seu anonymato porque assim não nos dão garantias sufficientes da sua auctoridade.

Podiam não ter vindo sob anonymo, porque a discreção é uma coisa que se impõe a todo o homem e a todo o jornalista digno d'esse nome. Escusavam de temer. Mas como ha muito mariola pelo mundo comprehendemos essa reserva. De resto, nós sabiamos, por já conhecermos o facto, quanto havia de verdade na bestialidade que nos referiam.

E falaremos sobre esse caso no domingo porque hoje, como sempre, temos muito pouco espaço para tantos assumptos.

Fala o consumidor

. . . Sr. redactor do "Povo de Aveiro„.

Tenho lido e admirado a isenção e a imparcialidade com que V. tem tratado no seu excellente jornal a importante questão cerealifera e as outras que lhe estão annexas, como a da moagem e a da panificação, preoccupando-se apenas com o interesse do publico em assumpto de tal magnitude.

Como não sou lavrador, nem moageiro, nem panificador, nada me interessa o que possam allegar estas tres poderosas industrias, que, como V. muito bem affirma, tiram proventos incalculaveis á sombra da lei de 14 de julho de 1899, mais conhecida pelo nome de regimen dos cereaes. O que me interessa, como consumidor, é que o pão possa ser barateado, aperfeiçoado o seu fabrico e melhorada a sua qualidade.

Para isto, porem, segundo o meu criterio e o que tenho estudado da questão, e depois de ter lido as opiniões da nossa lavoura, da moagem e da panificação, parece-me que o mais urgente que o parlamento tinha a fazer, seria substituir por uma lei justa e equitativa e orientada no sentido de beneficiar o publico, esse tal regimen cerealifero, que só tem servido para enriquecer agricultores e industriaes, sem a menor vantagem para o consumidor, que é afinal quem paga tudo.

O lavrador não tem razão de queixa, desde que tem assegurada a venda do seu trigo por preços positivamente remuneradores; a moagem não pode egualmente formular o menor queixume, desde que tem certa a venda das farinhas pelos preços tabellares e se lhe faculta a acquisição de todo o grão de que careça para os seus respectivos fornecimentos; os padeiros não podem chorar-se, desde que lhes deram, para fazerem face ás despezas da melhoria das suas casas e do fabrico do pão, regalias como as do limite d'estabelecimentos que redundam em grosso beneficio d'essa industria.

E' verdade que elles queixam-se agora, aqui em Lisboa, da concorrencia das cooperativas panificadoras, que, dizem elles, lhes estão destruindo essas regalias, montando-se alem do limite que se lhes estabeleceu, sendo certo que elles gastaram importantes capitaes em melhorar as suas casas e as suas fabricas.

Talvez tenham razão n'este ponto; porque a verdade é que o governo *os comeu* muito bem *comidos;* promettendo-lhes na lei uma especie de monopolisação generalisada a 250 casas; e afinal, logo que elles limparam as suas antigas espeluncas e começaram a montar boas officinas, deixou abrir quantas padarias teem querido estabelecer-se, sob o nome de cooperativas, extinguindo-lhes assim os privilegios que na lei do limite lhes concedia. Mas que nos importa a nós tudo isso, se o que nós desejamos apenas é ter bom pão, hygienicamente fabricado e por preço menos elevado do que o temos actualmente?

O lavrador queixa-se, mas enriquece; o moageiro grita, mas enche os seus cofres fortes; o padeiro faz ouvir os seus clamores, mas a pobresa não lhe bate á porta; e até agora as cooperativas de pão, veem tambem gritar, em côro, que as deixem continuar a burlar as leis; mas no fim de tudo só o consumidor é que tem razão no seu queixume porque só esse clama no deserto, vendo cada dia mais despejada a sua magra bolsa, e o seu estomago mais desconfortado!

Queremos trigo em abundancia nos mercados, muito trigo, seja trigo exotico ou nacional; venha da America ou do Alemtejo; e depois d'isto não faltarão boas farinhas e por preços de concorrencia, como não faltará excellente pão, e por preços de combate. Acabe-se com o regimen de 1899, com esse aborto de legislação que tem sido a *sorte grande* da lavoura, *a gallinha dos ovos d'oiro* dos moageiros; a *mina aurifera* da panificação, e o osso esbrugado do consumidor. Grandes lavradores, assim como a moagem e a padaria e até essa peste d'exploradores que se tem arvorado em cooperativistas de fresca data; tudo isso é a mesma praga de parasitas do publico, engordando com o sangue do operariado e das classes productoras e menos abastadas da sociedade, que reclamam debalde o seu pão quotidiano em condições alimentares e de harmonia com os seus haveres e que afinal comem um producto geralmente mal fabricado, de pessima farinha, que muitas vezes nem é de trigo, e por um preço de tal maneira elevado que chega a parecer que Portugal não produz um unico grão d'esse cereal e que o manda vir todo do . . . reino da lua.

Taes são, sr. redactor, as considerações que me suggere a questão aberta por v., tão superiormente tratada no seu denodado *Povo de Aveiro*, e que rogo se digne fazer publicar. Muito reconhecido lh'o agradece um consumidor de pão que não é rico, que sustenta numerosa familia e que se assigna

De V. . . . etc.

João Ignacio da Costa Santhiago.

Recebemos do sr. Camillo Corrêa do Amaral, de Caminha, uma carta que, por falta d'espaço, —quando chegou já este jornalsinho estava cheio — irá no proximo domingo. Com a resposta do nosso informador, tão solicito e *tão bem informado* que nos escrevia de Caminha ao mesmo tempo que o sr. Camillo.

E' o que se chama . . . andar em dia.

. . . Sr. Homem Christo.

Alcobaça 28 de março de 1910.

Vi e ouvi hontem, domingo, pela primeira vez essa figura mediocre de Cunha e Costa, que veio aqui convidado pelo centro republicano para abrilhantar a commemoração do centenario do grande vulto que se chamou Alexandre Herculano, e com franqueza sendo eu um leitor assiduo do seu grande jornal *O Povo de Aveiro* e por esse motivo sabendo todo o seu passado vergonhoso, estive por momentos quasi a gritar-lhe: "Basta, seu pulha, porque um homem que tem o seu passado cheio de maselas e vergonhas, deve ser indigno de fazer apreciações sobre um vulto que, se fosse vivo, teria despreso que um homem como Cunha e Costa se occupasse da sua vida sob qualquer ponto de vista.„ Não imagina, sr. Homem Christo, como esse grande safado me chegou a incommodar com toda a sua rhetorica, porque quem não conhecer esse grande malandro quasi chega a acreditar que está em frente de um homem honesto e honrado, quando elle tem um passado cheio de vergouhas e miserias, como V. muito bem tem dicto no seu jornal. Quando esse homem sem caracter acabou de falar foi muito acclamado por a maior parte que o não conhece, mas o restante riu-se de tanto disparate e desejando como eu, se fosse possivel, ver apparecer como um raio de luz a figura de Homem Christo para responder a esse patife como elle merece. Que se vá consolando que um dia terá o justo premio dos crimes que tem commettido.

Desculpe-me roubar-lhe a sua attenção e creia-me seu admirador.

Um leitor assiduo do seu grande jornal.

Perguntas e respostas

. . . Sr. Homem Christo.

Li as considerações com que V. respondeu á minha carta. Na vespera da sua publicação, estava eu n'um estabelecimento, cavaqueando com um grupo de amigos, a quem communiquei que tinha enviado a V. uma correspondencia, na qual eu lhe pedia resposta a determinadas perguntas.

— Que fez? ! — exclamaram elles, cheios de pasmo. Você sujeitou-se d'essa forma a ficar esmagado debaixo de uma catadupa de insultos.

— Não importa, — respondi eu, com tranquillidade. Se elles vierem, riam-se de mim a valer; porem, parece-me que a carta não ia feita de fórma a provocar insultos, mas sim affirmações sérias.

E assim foi, de facto. A resposta de V. satisfez-me, á parte algumas expressões mal soantes que eu desculpo facilmente, porque já principio a conhecer que a sua penna é acerada como um estylete e que o seu temperamento de jornalista é assaz impetuoso e ardente. Porem, deixe-me V dizer-lhe, com esta franqueza que me caracterisa, que foi sem duvida a sua impetuosidade que o impediu de ver claramente o fim que eu me propunha ao escrever as interrogações que tomei a liberdade de lhe endereçar.

Não era meu intento lançar sobre o nome de V. suspeições que seriam disparatadas; eu quiz apenas leva-l'o a fazer uma exposição succinta e clara dos seus principios sobre religião e sobre politica, para assim ficarem bem elucidados os leitores *mais novos* do *Povo de Aveiro* sobre a sua orientação em tão importantes assumptos.

Era este o meu intento. Não soube eu expô-l'o com precisão e clareza? Talvez. Mas creia V. que nunca eu pensei em formular duvidas sobre a sua honestidade de caracter e tambem lhe asseguro que agora, depois das suas explicações que reputo sinceras, jamais deixarei de proclamar bem alto em todas as occasiões que se offereçam, o seu grande amor á verdade e á justiça e o nobre sentimento de patriotismo que o norteia na sua ardorosa campanha contra os odiosos sacripantas da politica portugueza.

* * *

Uma passagem ha, porem, na resposta de V., que me desagradou profundamente. Foi aquella em que V. affirma que eu estou imbuido d'esse prejudicial espirito de bando ou seita que V. tanto combate. E' uma deducção menos rigorosa que posso impugnar com o testemunho de todos os que me conhecem.

Vivendo eu sempre no meio de bandos, admiro-me até como não tenho deixado penetrar em mim o espirito de bando. Pois creia V. que tambem o tenho combatido, quanto cabe em minhas limitadas forças, tendo sempre em vista, como V., estabelecer o reinado da verdade e da justiça n'esta decadente sociedade.

Não tenho espirito de bando ou seita, não, sr. Homem Christo.

Em materia de religião não sou intolerante; não sou fanatico, no sentido mau que se convencionou dar ao termo; mas tambem não consinto, sem protesto, que perante mim se menosprezem as verdades da fé, que se mofe da moral christã, ou se affirme desdenhosamente que os deveres religiosos do individuo são uma pura e irrisoria ficção.

A isto nunca pode chamar-se espirito de seita; é antes uma demonstração flagrante de coherencia. Sou catholico fervoroso e prático e muito me apraz fazer esta solemne affirmação de fé religiosa no seu jornal, que me dizem ser lido, assignado e propagado por muitos catholicos e até por muitos padres.

Quanto a politica tambem em mim não ha a menor sombra de espirito de facção. Eu amo e respeito todos os individuos que entre os seus differentes ideaes, consideram, apostolisam e defendem primariamente o ideal da Patria. Não quero saber se pertencem a esta ou áquella facção politica. Se as suas palavras são inspiradas por um amor vehemente a este inditoso paiz, applaudo essas palavras com todo o enthusiasmo de portuguez, com toda a fé civica de patriota. E mais calorosos são os meus applausos, se porventura a essas palavras se seguirem obras que suspendam o causticante *res non verba* com que o nosso povo principia a apostrophar quasi todos os comediantes do nosso theatro politico. Sempre embirrei com este pessimo costume adoptado pelos nossos estadistas de via reduzida, de estabelecer o personalismo como systema, recusando a adopção de principios de grande alcance material e social, para fazerem valer somente a sua vontade soccorrendo-se de expedientes da occasião quasi sempre absurdos e disparatados, o que prova evidentemente que são maus politicos e pessimos sociologos.

Não tenho espirito de facção, já o disse. O meu partido é o dos homens de bem, é o de todos os sinceros amigos da sua patria. Se ha um partido que ponha em acção a doutrina que deixo enunciada, é para esse partido todo o meu esforço que é nullo, toda a minha vontade que é grande e decidida.

* * *

A resposta que V. deu ás minhas interrogações satisfez-me e muito lh'a agradeço. Folgo por tê-l'a provocado, porque assim ficaram tambem satisfeitos muitos dos seus leitores *mais novos*, que anciavam por ver a exposição completa e circumstanciada dos seus ideaes, exposição que não podia ser mais explicita nem mais racional.

Para terminar, observo-lhe— e desculpe-me a liberdade com que o faço—que não deixe de repetir a miude essa exposição dos seus principios, porque a circulação do *Povo de Aveiro* augmenta dia a dia e os seus *novos leitores* precisam de conhecer bem os ideaes que V. com tanto brilho e denodo apostolisa e defende.

E conte V. um humilde cooperador n'este que com respeitosa estima se subscreve.

De V. etc.

Valpassos, Veiga do Lilla, 22-3-1910

Luiz Antonio Adão Barroso

Muito bem. Mas não ficou esmagado debaixo da catadupa de insultos, não é assim? Já vê que o diabo nunca é tão feio como o pintam. Mais uma vez sahiu certa— sahe sempre— a sabedoria das nações. E quem ficou com a *cara á banda* foram os pittorescos amigos.

Mais não tinhamos acreditado na sua sinceridade! De contrario, nem mesmo os termos *mal soantes* a que se refere haveriam sahido dos bicos d'esta penna.

Desagradou-lhe profundamente termos-lhe attribuido espirito de seita? Não havia motivo. E' tão natural! . . . Mesmo, com a nossa hereditariedade, o nosso temperamento, a nossa educação, e n'este meio, tão difficil não o possuir!...

Olhe, nós já o tivemos. E não sei se ainda o temos! Qualquer resto, é possivel.

O senhor ha de ouvir dizer que fomos inimigo dos padres. Fomos! Elles, os jacobinos, os fanaticos jacobinos, lançam-nos isso em rosto julgando que nos *envergonham*. Imagine! E' tamanho o espirito fanatico d'esse jacobinismo, que já o acto de um homem respeitar os principios religiosos dos outros constitue uma incoherencia, uma vergonha.

O espirito de jacobinismo ou de torpeza. Falta distinguir.

Verdadeiramente, não é jacobinismo. E' estupidez e canalhismo.

Ainda n'outro dia, quando fui julgado aqui em Aveiro, tres d'esses farçantes fizeram a mais triste figura ao prestar o juramento. O juiz desferiu-lhes a pergunta do costume: *Juram aos Santos Evangelhos?* Sim, senhor, responderam. Mas, baixinho, timidamente, foram dizendo: «Damos a nossa palavra de honra». O meu advogado, que ouviu, voltou-se para o juiz e disse: «Estes senhores juraram aos santos evangelhos. E estes senhores deram a sua palavra de honra. Eu quero saber em que ficamos». O juiz repetiu a pergunta. E sabe o que fizeram os miseraveis? *Corridos, envergonhados,* tremendo perante a responsabilidade d'arcarem, deante um publico religioso, com a pesada carga de livres pensadores . . . optaram, os *livres pensadores*, pelo juramento religioso!

E eis quanto vale a *republica livre pensadora* n'este paiz da laranjeira . . . e do tomate. Flores de laranjeira para armar ao effeito. Mas tomate . . . na essencia. Por fóra cordas de viola e por dentro . . . pão bolorento.

São estes os que me accusam, a mim, de estar hoje ao serviço da *reacção em Portugal*. Eu sou o livre pensador que sempre fui. Simplesmente, não ataco hoje os padres como dantes. Elles não são livres pensadores. Nem crentes. São biltres! Mas como atacam os padres, como continuaram atacando os padres . . . são honrados combatentes.

Uma farça, sr. Adão Barroso, uma farça. Sabe o que me lembra este paiz? Um povo de bufões, sem graça, n'um enorme tablado d'entremez.

Pois é verdade. Já tive espirito de seita. Profundo espirito de seita. E tambem julgava que o não tinha. Tem graça! Mas diga-se em honra minha: eu tinha-o sinceramente. Eu era sincero. Eu queria o cerebro do homem livre de preconceitos, de paixões, d'influencias extranhas. Desopprimido, para ver e raciocinar desafogadamente. Ah, pobre de mim! Não reparava que o homem, o vulgacho sobretudo, nunca pode estar sem amante . . . como as meretrizes.

Eu vi, attonito, que o *livre pensador* trocava a Virgem e Jesus pela Velleda e pelo Bombardino. Elle partia os grilhões, sim, que o prendiam a Jesus e á Virgem Maria. Mas para se prender, com mais fortes grilhões ainda, á Maria Velleda e ao Bombardino. E então, sr. Barroso, fiz, de mim para mim, este elementar raciocinio: entre Bombardino, ou o Affonso Costa, e Jesus, eu prefiro Jesus. E entre a Maria Velleda e a Virgem Maria, eu prefiro, sem hesitar, a Virgem Maria.

Que grande pedaço d'asno que eu era! A deitar abaixo o throno de Jesus para elevar um throno ao Bombardino! E a negar a virgindade de Maria para sagrar a virgindade . . . de qualquer creaturinha! Ora bolas! Desculpe, sr. Barroso, mas eu tenho muitas vezes d'estes plebeismos.

Que grande pedaço d'asno que eu era! Pau e mais pau nos padres. E hossanas ao Cunha e Costa, ao Alexandre Braga ou ao Padua Correia! Abaixo a religião de céo. E acima a religião . . . do Bombardino!

Eu não queria ser creado do rei. Mas ficava sendo creado do povo! O meu orgulho sentia-se offendido tirando, na rua, o chapéo ao rei, que era, na phrase jacobina, *um homem como eu!* Mas cortejava, amavelmente, eu a elle, antes d'elle a mim, o primeiro trolha ou sapateiro que encontrava no caminho. Eu fugia do rei, que me olhava com desdem. Para quem? Para o povo, que me olhava com soberba!

O povo tratava-me bem . . . adulando-o eu. Mas isso tambem o rei! Eu deixava de adular o povo? Succedia-me peor que se deixasse de adular rei. O povo transformava logo em coices, sobre mim, os pontapés do rei!

Não quer isto dizer que eu deixasse de ser democrata e livre pensador, que não deixei. Quer simplesmente dizer que passei a não dar ás formulas valor excessivo. Excessivo! Lembrei-me outra vez da sabedoria das nações— sou um grande partidario da sabedoria das nações— onde diz: *Não é o habito que faz o monge.*

Aqui tem, sr. Barroso, como eu fui um sectarista, e porque deixei de o ser.

Eu amo a humanidade. Por conseguinte, quero, desejo a perfeição da humanidade. Para isso trabalho. Tomo por base a verdade e a justiça. Principios absolutos e supremos. Por instrumentos, a instrucção e a educação. Procuro formar o caracter, primeiro que tudo. Já lh'o disse. A par, illuminar a intelligencia. Para essa obra grandiosa não posso rejeitar o concurso de ninguem, porque não só é necessario, como indispensavel o concurso de todos. Tanto mais quanto, preenchido esse fim, todas as formulas são boas. Umas mais perfeitas, outras menos. Dando todas na pratica, no emtanto, fructos excellentes.

Mas,—repito de novo o que lhe disse n'outro dia,—isse é já secundario. O mais elementar raciocinio demonstra que é *já secundario*. E sendo assim, é uma falta de observação, de reflexão, quasi uma estupidez, repellir este ou aquelle por que é monarchico ou republicano, atheu ou livre pensador. Eu já o fiz? Pois fiz mal. Não observei. Não reflecti. Não pensei quando devia pensar.

Hoje sim, sinto que estou no verdadeiro terreno. Sou da maxima intolerancia para com o tratante. Sou da maxima tolerancia para com o homem de bem. Corro a chicote os vendilhões do templo. Mas respeito os sinceramente adeptos de todas as crenças. E se todos os portuguezes, ou o maior numero de portuguezes de caracter e d'intelligencia fizerem assim, esta patria caminha, ou em monarchia, ou em republica. Senão, não.

Vejo, com muito prazer, que o sr. Adão Barroso tambem pensa assim. Então, deixe que um livre pensador lhe aperte, affectuosamente, a sua mão de crente.

Nem a sua crença, que eu muito respeito— e gosto de o ver assim franco e sincero— me ha de affrontar, nem ao senhor . . . a minha falta de crença.

E sabe porquê? Porque nós ambos, afinal, somos dois crentes.

O senhor crê em Deus. Eu creio na verdade, na justiça, na virtude. Repare: são fórmas differentes de crêr na verdade, na justiça, na virtude. E formas differentes . . . de crer em Deus.

Os outros, os jacobinos do livre pensamento como os jacobinos do catholicismo, é que não creem em Deus, nem em coisa nenhuma.

Receba, sr. Barroso, os meus cumprimentos e os meus agradecimentos.

Por se ter atrazado a impressão do volume sobre a revolta do Porto que temos annunciado, continua aberta a inscripção dos assignantes que o pretenderem.

Agostinho Fortes

Fez no sabbado da outra semana uma conferencia no theatro d'esta cidade o sr. Agostinho Fortes. Infelizmente não podemos assistir, por ser dia da expedição d'este jornal. Mas dizem-nos que o sr. Agostinho Fortes, continuando na orientação democratica que ultimamente tomou, fez um bello discurso, sendo muito applaudido.

Por absoluta falta d'espaço retiramos alguns artigos, correspondencias de provincias e a secção Fundo de Propaganda.

Feira de Março em Aveiro

Começou hoje. E dura até 17 de Abril. A Companhia Real estabeleceu bilhetes a preços reduzidos do Porto e Coimbra para aqui.

Coisas Militares

. . . Sr. Homem Christo

No *Seculo*, de 22 do corrente, vem uma local sobre a hydra em Extremoz. Diz-se alli que o sr. coronel Blanco, acompanhado de um capitão, havia partido para Evora a proceder a uma averiguação no regimento de cavallaria n.º 5, depois de haver feito o mesmo em cavallaria n.º 3. Isto, motivo de haver denuncia de sargentos d'aquelles corpos e das baterias de artilheria estarem implicados nas associações secretas.

Eu não quero, de forma alguma, censurar o governo pelas medidas preventivas que vae tomando, nem discutir os processos que emprega para isso, que são da sua exclusiva responsabilidade. Compete-lhe defender as instituições e assegurar a ordem publica. Fa-lo bem? Não ha de que o censurar. Fa-lo mal? Na devida altura se lhe tomarão as contas precisas.

Mas ha duas medidas de prevenção: uma de facto e outra de direito.

O governo previne-se descobrindo e castigando os membros das associações secretas no exercito. Mas não seria melhor evitar, por actos de moralidade e de justiça, que houvesse sérios motivos para actos de rebeldia, de indisciplina ou de descontentamento nos officiaes e sargentos do exercito?

Peguem os dirigentes na vara da justiça e appliquem-na como deve ser, e verão que não ha sargentos nem officiaes revolucionarios.

Mas, infelizmente, todos põem a justiça de parte, sacrificando-a ao seu bem estar, e d'aqui resultou o cataclismo a que tudo isto chegou.

Antigamente, guardava-se o maior respeito aos direitos adquiridos no exercito, e só o elemento civil saltava por cima da justiça para satisfazer o caciquismo. Hoje tambem pecca o exercito do mesmo mal, e d'aqui a decadencia d'esta infeliz patria que tão digna era de melhor sorte.

Não se quer emendar o erro?
Todos nós o havemos de soffrer.

Isto não pode caminhar, emquanto não nos convencermos de que a justiça está superior a tudo, e de que, quando se erre, nenhum desprestigio ha em voltar atraz a emendar a mão. Assim se faz nas nações da vanguarda, do que temos exemplos bem frisantes. Mas no nosso paiz não acontece o mesmo.

Aqui parte-se do principio de que todos os homens são prophetas, e de que, feito o mal, é menor crime mantel-o do que reparal-o. Isto é, sustenta-se a obstinação em prol da injustiça, e tanto faz haver razão, como deixar de haver. Isto é um facto.

Temos, sobre a nossa mesa de trabalho, elementos compilados sobre os casos que nos ultimos vinte annos se teem dado no exercito. Postos em evidencia é de ficar estarrecido. Mas fugimos de lhes tocar para não nos acontecer o mesmo que ao *pavão* quando olha para as pennas depois de estar armado.

Por mais d'uma vez tem V., sr. Homem Christo, dicto no seu jornal, que o sr. D. Manuel se suicidou por suas mãos, logo que exauctorou seu proprio pae e irmão, para continuar na vida velha dos partidos rotativos. Cada vez se confirma mais esse seu dicto.

Ainda ultimamente, estando em Lisboa, alli ouvimos condemnar o absolutismo puro que se está exercendo na classe militar, com desprezo completo das leis do paiz.

Assim, um official qualquer foi preterido na sua promoção a major por outros mais modernos, pela razão de áquelle não lhe terem contado, para os dois annos de serviço, tres mezes de licença da junta que esteve gosando, motivados em serviço de expedição ultramarina. Reclamou d'essa preterição para o conselho superior de promoções, por lhe parecer justo o pedido, não sendo attendido por não estar previsto esse caso na lei. E' claro que se fosse palaciano talvez fosse attendido. Mas . . . adiante.

Mais tarde, resolveu o preterido dirigir-se ao parlamento, procurando individuo competente para lhe patrocinar a sua pretenção. Este entregou, como devia, á commissão da guerra os documentos para serem apreciados, e esta, depois de tomar conhecimento d'elles, mandou-os entregar ao interessado para que fossem enviados pelas vias competentes, accrescentando que até o official podia ser castigado por essa falta.

O interessado assim procedeu, mas nunca teve a virtude de conseguir que os seus documentos chegassem ao seu destino!

Porque? Porque o commandante da Divisão, intermediario, quando lhe foi presente a petição, mandara archival-a dizendo não serem aquellas as vias competentes!

Ora isto não foi justo, porque as vias competentes eram aquellas, mas mesmo que assim não fosse, competia-lhe devolver ao interessado o processo e indicar-lhe então o caminho a seguir.

Mas o caso é outro. E' que esse general tinha feito parte do conselho que primeiramente julgou esse processo, e como elle já tinha dito que não, não queria que os outros dissessem que *sim*.

Temos nas mãos outro assumpto que consideramos gravissimo para a disciplina do exercito e parece-nos que a sua resolução se impõe urgentemente ao Ex.mo ministro da guerra. Porque . . . justiça acima de tudo. Nós fomos sempre assim, e não renegamos esses principios por coisa nenhuma.

O correio, além de muitas outras coisas, trouxe-nos tambem differentes revistas e jornaes em que se discute a maneira como está sendo feita na escala d'accesso dos alferes de infanteria e cavallaria, a collocação dos sargentos que foram para o ultramar no posto de alferes.

Lemos, relemos e puzemos de parte; e procurámos consultar a lei para bem podermos emittir a nossa opinião. Porque desde que são duas opiniões a defrontar-se, necessariamente ha-de haver uma insubsistente ou falsa.

Uma deve firmar-se na justiça e a outra no egoismo.

Foi logo o que nos veio á ideia, e não nos enganámos. Qual d'ellas é a verdadeira, não sei.

Ahi vae a nossa, que se condensa em poucas palavras.

As disposições do decreto com força de lei de 14 de novembro de 1901, estão bem fundamentadas e mal interpretadas. E não haja n'isso a menor duvida, ou então a logica é uma fabula.

Nos individuos incursos n'aquellas disposições, ha a distinguir duas classes, que são *officiaes e sargentos.*

Desde que na lei ha duas classes a distinguir, necessariamente ella deve conter disposições relativas a uma e outra classe, e ha-de evidentemente ter além d'aquellas, uma outra commum ás duas cathegorias.

E' exactamente o que lá encontramos, como vamos exemplificar.

O art. 6.º, na sua primeira parte, trata do tempo de serviço que são obrigados a servir no ultramar os officiaes e sargentos.

O § 1.º do art. 6.º contem as garantias que são applicadas aos officiaes que no posto immediato vão servir no ultramar, depois de ali servirem o tempo designado na 1.ª parte.

Os artigos 10.º e 11.º contêem as garantias que são applicadas aos sargentos que no posto immediato vão para o ultramar, depois de ali servirem o tempo designado na 1.ª parte do art. 6.º, tendo em attenção a arma a que estes pertencem.

O art. 9.º é commum ás duas classes.

Como o assumpto é referente a sargentos, é d'estes que vamos tratar.

Com os sargentos abrangidos pelo art. 9.º, nenhuma duvida pode haver relativamente á sua entrada na escala d'accesso do exercito do reino, porque elles entram n'essa escala logo que lhe coube a promoção no exercito do reino, não lhe advindo d'ahi a menor alteração.

Até esta data era sargento do reino e alferes do ultramar, e d'esta data em deante é alferes do exercito do reino e do ultramar, e querendo ali continuar passa logo a usufruir as vantagens dos art. 9.º, 14.º e 21.º como sendo official do reino.

Com os sargentos abrangidos pelos art. 10.º 11.º, muda o caso um pouco de figura, Estes, desde que completaram os 4 annos de serviço no ultramar, teem garantido desde esta data o seu posto de alferes no exercito do reino. E querendo continuar no serviço ultramarino, passam desde logo a perceber as vantagens dos art. 9.º, 14.º e 21.º

Para a sua collocação na escala d'accesso do exercito do reino, conforme a doutrina do art. 10.º, quer elles continuem no ultramar ou recolham ao reino, é claro que tem de se organisar uma lista especial para elles, no Ministerio da Guerra, pela data de antiguidade em que completaram os 4 annos de serviço no ultramar segundo a lei, que é o ponto regulador porque elles adquirem o direito do posto; e, n'esses termos, se vae effectuando a sua entrada, como diz o citado art. 10.º, e de harmonia com a doutrina do art. 49.º da lei de promoções de 12 de junho de 1901.

E' esta a expressa determinação da letra d'aquellas disposições.

Faz-se o contrario? abusou-se da lei, e ao Ex.mo Ministro da Guerra compete olhar, com olhos de ver, para esta causa tão justa e grave.

Na lei não ha determinação alguma que mande contar aos sargentos promovidos para o ultramar o posto para o exercito do reino com a data do decreto que os promoveu para o ultramar, e deslocar na mesma escala os que ficaram no reino, porque se assim fosse, é claro que nenhum sargento se deixaria preterir no seu accesso; e nos casos de duvida, a propria lei manda guardar os direitos dos que ficaram no reino no seu art. 149.º

Justiça acima de tudo.

Z.

Ser-nos-hia preciso consultar leis *e estudar leis* para uma opinião segura sobre a questão e não temos tempo para isso. Fa-lo-hiamos, se se tratasse d'uma consulta e nos fosse imposto o dever imperioso de responder. Não se tratando d'uma consulta, nem estando ligado ao facto o nosso dever de jornalista, não estudaremos, por emquanto, detidamente o assumpto. Limitamo-nos a publicar a communicação recebida, deixando o seu estudo ao mundo militar. Mas, assim um pouco pelo alto, quer-nos parecer que o auctor do artigo, n'essa questão de promoções ligadas ao serviço em Africa, tem razão.

Quer-nos parecer!

De qualquer modo, é um caso melindroso, muito melindroso, que requer escrupulo e attenção. Essa coisa de preterições é o diabo. Vejam lá! Não pratiquem n'isso injustiças, porque dão logar a irritações tremendas. Cuidado, sr. ministro da guerra!

De resto, quanto a dizer o nosso correspondente que *assim se faz nas nações da vanguarda*, isto é, que só cá, em Portugal, se desprezam reclamações de justiça, pondo-se a vaidade e um falso espirito de auctoridade acima de tudo, infelizmente não é exacto.

Não é só cá em Portugal, não. Infelizmente. Não é só cá que *se parte do principio de que todos os homens são prophetas e de que, feito o mal, é menor crime mante-lo do que repara-lo.*

Pouco antes de começarmos a escrever estas linhas, veio-nos, entre a nossa correspondencia, um dos jornaes francezes que lemos — quando temos tempo — com mais curiosidade: *La Dépêche.* E' o numero recebido hoje, quarta feira. De ante-hontem, segunda feira. O seu artigo de fundo d'esse dia intitula-se *L'arbitraire dans l'armée.* E querem ver o que, entre outras coisas, elle diz?

Ora attendam, que, por respeito rigoroso da verdade, vae mesmo em francez.

Comme l'a dit excellemment M. Clemenceau, l'armée est une société basée sur l'obéissance. Le soldat doit obtempérer, sans tergiverser, sans barguigner aux injonctions qui lui sont adressées. Le commandement militaire, exprimé en monosyllabes sonores, est obéi instantanément. A voir ainsi leur volonté réalisée aussitôt qu'exprimée, les chefs ne sont pas éloignés de se croire investis d'une sorte d'infallibilité. Ils y croient tout à fait lorsque, en raison de leur place dans la hiérarchie ou de leur situation particulière, ils échappent à tout contrôle énergique. Quelles que soient leurs dispositions natives, les militaires deviennent à la longue cassants, autoritaires, exclusifs. Leurs décisions et leurs ordres, qui sont le reflet de cette mentalité, s'imprègnent alors naturellement d'arbitraire. Il n'y a pas là autre chose qu'un de ces plis professionnels, comme en entraine l'exercice prolongé de toute activité spécialisée.

L'arbitraire a donc des racines profondes qui plongent à la fois dans la nature humaine comme dans la nature du métier militaire. C'est pourquoi, semblable à l'hydre aux cent têtes, il apparaît dans chacune des branches de l'armée. On le discerne dans le commandement qui, des prescriptions réglementaires, n'observe souvent que celles qui ne le gênent point. Il se montre aussi dans la repression disciplinaire, qui est fréquemment exercée par les généraux sans enquête contradictoire, sans information préliminaire. Il se reflète encore dans les décisions de l'administration militaire, laquelle, par son interprétation ondoyante des tarifs d'indemnité, lése trop souvent les petits. Il s'épanouit surtout dans cette innombrable cohue de bureaux, comités, conseils, commissions, qui font sentir leur influence, d'une manière aussi intempestive que incohérente, sur les plus infimes rouages de la grande machine guerrière.

. . . . . .

Mais, dira-t-on, contre ces abus, le militaire n'est pas sans défense. Il peut, il est vrai en appeler à ses supérieurs par le moyen de la «réclamation». Celle-ci constitue en apparence une arme excellente pour combattre l'arbitraire dans toutes ses manifestations. En réalité c'est une arme à deux tranchants, dont il est toujours dangereux de se servir. Par une solidarité intempestive mais instinctive, tous les chefs voient dans la réclamation une atteinte portée à leur prestige collectif. Aussi font-ils front contre l'ennemi commun, d'un même et tacite accord. Malheur à celui qui a réclamé sans les formes sacramentelles ou sans de justes motifs. Il est impitoyablement immolé sur l'autel de la discipline, inexorablement jeté en pâture à la vindicte militaire. Et si la protestation est impeccable dans le fond comme dans la forme, le meilleur sort qui puisse encore lui advenir, c'est d'être étranglée à un tournant de la voie hiérarchique. Bref, réclamer, c'est rééditer la lutte du pot de terre contre le pot de fer, lorsque ce n'est pas présenter les verges pour se faire battre.

En une lettre que je regrette de ne pouvoir citer tout entière, un lecteur de la Dépêche *me communique une histoire topique à cet égard. Etant sous-officier, il se vit infliger par un commandant une punition imméritée. Il adressa donc une réclamation en bonne et due forme à son colonel. Celui-ci, tellement imbu de l'idée de hiérarchie qu'il ne tolérait pas que "le cheval d'un sous-officier s'abreuvât en amont du sien" aggrava la punition. Une nouvelle réclamation auprés du général de brigade fut suivie du même résultat. Fort de son droit, mon correspondant en appela au général de division. Ce dernier, sans lui donner torte, le pressa, vainement, au nom du "bien du service», de faire le sacrifice de sa protestation. Le lendemain son capitaine vint à la rescousse, en ses paroles stupéfiantes: "Si vous persistez" dans votre réclamation, c'est moi qui serai rendu responsable car on dit que si j'avais voulu, j'aurais pu vous empêcher de soulever cette mauvaise histoire.» Pour ne pas faire retomber la responsabilité de son attitude sur un officier qui n'y était pour rien, mon correspondant retira cette fois sa réclamation.*

L'inanité du droit de "réclamation" aussi bien que l'absence d'un contrôle énergique favorise donc le développement de l'arbitraire dans l'armée. Pour l'en extirper, il faut tarir toutes les sources, d'où il tire sa séve. Il faut mettre le chef en garde contre le pli professionel que lui fait prendre l'exercice prolongé du commandement. Il faut aussi organiser autour de ses actes une surveillance plus étroite. Il faut enfin ménager contre ses décisions de plus efficaces voies de recours. Il y a là toute une série de réformes intéressantes et indispensables.

Portanto . . . *cá e lá más fadas ha.*

Simplesmente, lá fóra discutem-se, tratam-se essas coisas. Em Portugal . . . é um *grande parlamentar* o Affonso Costa, é vigario de Christo em Lisboa o Bombardino e . . . está dicto tudo.

Mas o *Povo de Aveiro*, já o dissemos, está ás ordens dos senhores militares para todas as questões de bom senso, de doutrina, de liberdade, de moralidade, de justiça.

Aqui não ha medo, nem contemplações de qualidade alguma.

Carta de MANAUS

. . . *Sr. redactor do "Povo de Aveiro"*

Desculpe-me V. eu escrever-lhe d'esta forma, mas acaba agora mesmo de me chegar ás mãos um numero 3338 de 16 de fevereiro de 1910 do jornal o *Mundo*, que traz uma noticia com a epigraphe "Licção eloquente" que é uma calumnia e a continuação do mau sestro que teem os republicanos portuguezes, na sua maioria de deturparem todos os factos quando elles lhes sirvam para engrandecerem os seus ideaes. Remetto-lhe essa noticia (1) [a copia] porque pode V. não ter tempo para ler o original e vou contar-lhe succintamente o passado, para ver que os sectarios dos Affonsos Costas, ahi como aqui, lêem todos pela mesma cartilha de mentirosos e deturpadores da verdade.

Eis o que se passou:

No anno passado foi a Sociedade Beneficente Portugueza visitada por um cavalheiro residente no Estado do Pará, e, ao contemplar o corpo principal e externo do edificio, ao ver as armas portuguezas encimadas pela coroa real, perguntou se esta Sociedade possuia tambem o titulo de real, como muitas suas congeneres o teem. Foi-lhe respondido pelo então presidente da directoria que não; depois d'uma palestra sobre o assumpto, visto que os dois estavam para partir para a Europa, combinaram ahi obter esse titulo para justificarem o direito que tinham de usar as armas reaes que a phantasia do artista architecto tinha achado bem alli collocar.

Assim fizeram. O tal cavalheiro, apenas viu no *Diario do Governo* uma pequena noticia que dizia o seguinte: "Foi concedida á Sociedade Beneficente Portugueza do Amazonas o titulo de Real" escreveu para aqui a um seu conhecido, participando-lhe o facto e enviando-lhe o dito diario, e este por sua vez communicou á directoria o que se passava. A directoria leu o communicado, e desejosa como estava de ser confirmada a collocação alli das armas reaes portuguezas, no primeiro convite que fez pelo jornal para uma reunião de assembleia geral para tratar de differentes as sumptos, encimou esse convite com a seguinte epigraphe: — "Real Sociedade Beneficente Portugueza do Amazonas". Reunida essa assembleia, composta d'um limitado numero de socios, pois creio que não chegavam a 40 quando a sociedade se compõe de mais de mil, e affastando-se do fim para que tinha sido convocada, a dita assembleia (o que é prohibido pelos estatutos) protestou contra o titulo de real. O protesto foi levantado por um taberneiro chamado Porfirio Varella, homem sem illustração e por um pequeno numero de correeiros e locatarios do mercado de hortaliças, republicanos alugados.

Em vista de se terem affastado do assumpto para que tinha sido convocada a dita assembleia geral, ficou ella portanto nulla e deu em resultado convocar-se nova reunião, unica e exclusivamente para se saber se, quando fosse pelas vias officiaes communicada a confirmação do titulo, o que se deveria fazer.

Ahi é que foi a lucta, caro redactor; os republicanos aqui que são talvez em limitado numero de 40, quasi todos sem importancia social no seio da colonia, luctaram desesperadamente; e á ultima hora pagaram a importancia de perto de dois contos de reis em quotas, para metterem gente sua como socios, mas foram horrorozamente rechaçados, pois viram uma reunião de mais de 300 socios protestar para que fosse dada por nulla aquella Assembleia geral e que quando o titulo de Real fosse concedido pelas vias legaes, a directoria podesse acceital-o.

O tal Porfirio Varella embuchou e creio que não lhe chega ainda a *corda* para amarrar mais este desgosto. Sobre a corda de que lhe fallo, na primeira mala lhe contarei parte do discurso proferido por este vermelho inconsciente, para V. desopilar e os numerosos leitores do seu jornal.

Foi isto o que se passou e para justificar posso enviar-lhe centenas de assignaturas de cavalheiros de reconhecida seriedade confirmando a verdade do que exponho, e portanto é falsa a tal noticia de que a Sociedade Beneficente Portugueza rejeitou esse titulo, e é falso que a colonia portugueza seja republicana. O que a colonia lamenta é que aqui, como ahi, os senhores republicanos só procurem desmoralisar-nos aos olhos dos estrangeiros, e se houve quem levasse uma lição, foram os pobres Buissas de Manaus que andam sempre a procurar meio de se tornarem celebres, mas acabam, cada vez mais, por ficarem mais sendeiros do que eram.

Pode V. desmentir aquella noticia com toda a energia de que é capaz a sua brilhante penna, e permitta-me que eu no futuro o vá informando das buissadas d'estes republicanos *manqués.*

Seu assiduo leitor

Z.

Uma aposta:

Acabo de ler no seu jornal de 13 de fevereiro um soneto sobre "O cometa Halley".

Refere V. n'elle que o "nucleo" faz lembrar o rabo do Alpoim; pois no primeiro vapor hei de dar-lhe informações d'um nucleo que aqui houve. V., creio, terá summo prazer em conhecer o nucleo de Manaus.

Agradecido, peço desculpa.

Seu assiduo leitor

Z.

---

(1) A noticia é esta:

Por carta particular recebida ante-hontem de Manaus, por um amigo nosso, sabe-se que foi rejeitado o titulo de real *que tinha sido concedido, ao que parece, pelo governo portuguez, á Sociedade Beneficente Portugueza, que é mantida com honra e lustre pela nossa colonia naquella cidade brazileira. O titulo de* real *tinha sido pedido por um candidato a commendador, que ignorava o espirito republicano, de que está integrada quasi toda a colonia portugueza em Manaus, e queria assim explorar com ella. Foi uma lição eloquente a que acaba de dar a laboriosa e honrada colonia portugueza perante aquelles que julgam ainda que todos os portuguezes expatriados no Brazil são* talassas.

Provincias

Alcabideche.

Que pagóde, sr. Redactor, tem sido com os homens dos *vidros* nas orelhas perfuradas com a sovella do deita-tombas?

Thalassa II tem observado todo o *effeito da charge* do ultimo numero do *Povo d'Aveiro*. E, por vezes, ao ouvi-los é tomado de ataques de riso de tal ordem, que *é forçado* a desapertar as calças. A desorientação do grupelho vermelhengo é espantosa. Batem com a cabeça pelas paredes, como energumenos, na ancia de descobrir quem seja *Thalassa II*, provavelmente para o buiçar em nome da liberdade . . . de critica.

Que valentes!

* * *

A republica de Alcabideche fez-se representar no comicio de ha dias, em Lisbôa, por pessoa muito chegada a El-Presidente de cá. Não se imagina o que, ao chegar á esta capital da Extremadura, o logar-tenente do magno cidadão, contava!!!

Coisas terriveis! E, para que toda a republicanalha do sitio não perdesse o relato *authentico do grande acontecimento*, alguem, fazendo de hungaro andou pelas ruas, de pandeiro em punho, trazendo preso a uma corrente um esqueletico urso *gallego* a quem o *hungaro* improvisado dizia: ulá!.. ulá . . . faça continencia á bandeira . . . da libardade! Cumprimente, outra vez estes senhores. O rapazio era um cardume. As mulheres assomavam espantadas, inquirindo da *novidade* na terra.

Viva! vivóóóó, ouvia-se. Depois de percorrer as principaes arterias da *cidade*, o singular cortejo parou. Em frente lia-se: Vinhos, tabacos. Habilitado. Era o centro republicano da terra. Um vermelhaço por ingerencia alcoolica, grita em voz roufenha: Oh! coiso dize lá o que foi o tal *comiço!?* Eu, meus senhores, confesso que devo mais favores aos monarchicos do que aos republicanos, que nunca nada me fizeram, ao contrario d'aquelles por quem tenho sido, bem como os meus, distinguido com varias e assignaladas provas de estima e apreço. Teem-me mesmo ajudado a viver... O *urso* n'esta altura dava evidentes signaes de descontentamento. Mas o hungaro com a chibata fez entrar na ordem o animalejo irrequieto e atrevido. Os rapazes assobiavam o *orador* que ao vêr os sentimentos do *auditorio* — garotos urso e hungaro — o grosso do partido republicano de Alcabideche, — quiz mudar de rumo, mas entupiu de todo . . . . .

. . . . . .

. . . E o representante de El-Presidente não pôde contar, á *selecta* assembleia, no centro do copo, como os *grandes caudilhos* defenderam os assassinos do infeliz Manuel Pedro que foi traiçoeiramente lançado nos pedregulhos da Bocca do Inferno, pela horda vermelha, e ao mesmo passo não se dignou narrar em que estado ficou a reacção (credo!) clerical depois do ataque dos oradores do *comiço* no dizer do outro.

El-Presidente! Evidentemente a tua estrella cahiu! E's como o pavão que perdeu a penna. Só uma nova carta de El-Presidente Bernardino (por emquanto *isto* é segredo) te salvará do grande fiásco que tens dado. Os teus cooperadores só são *notaveis* na chulice avinhada. Ursos e hungaros fazem parte do teu *bando*. E, com o teu apendice *dos vidros* nas orelhas é de morrer . . . a rir . . .

*

Pelo que fica dito — hoje, como estamos na semana da Paschoa — fomos benevolos até á demasia deixando no tinteiro factos concretos a valêr, que ficam para cartas ulteriores. Porque, temos muito que dizer. Se nós sabemos tudo. E vâmos sempre aprendendo. O discipulo vive com os mestres, sem se conhecerem. Anda aqui forçosamente maçonaria. Ou nós — o que é certo — somos muito estupidos. Mas, porque, sendo tão *sabios* não escreveis tambem na vossa papeleta, o desacreditado orgão da prostituição?! Bem sabemos que é mais facil ingerir vinhaça barata e dizer tolices. E' certo ser mais facil mascar em difficil soletração o *immundo* do Margarido das Flores, do que empunhar um latego chamado penna — que fere mais que fina lamina de Toledo. Mas, se assim é — que dizer se a vossa ignorancia (que não é deshonra) é tanta e tamanha — que já é lendaria em Lisboa e seu termo, — vos não permitte discutir questões politicas, de que não percebeis um chavo, qual a razão porque de outra coisa não tratais com mais affinco do que dizer inconveniencias, insultar gente honesta, offender o proximo quando elle, ao abrigo da arvore da liberdade pensa de modo diverso e aje de maneira differente?!

Sim! Porque a situação afflictiva, de ridiculo, em que vos encontraes em frente de toda a gente que se presa, foi creada pela vossa demagogia desbocada, creada á imagem e semelhança do *Immundo* que vós não comprehendeis senão na sua linguagem arrieiresca e latrinaria. Agora pertence-vos ouvir e . . . calar. Aliás é peior.

Thalassa II quando encontra alguem a entravar-lhe o caminho liso que sempre segue, na defeza de qualquer ideal de justiça, torna-se bravo como o leão e arremette em todas as direcções não vendo obstaculos e não temendo ameaças, que, não attingem nunca o *desconhecido* em que está acobertado unicamente para levar a melhor termo esta campanha, que não por medo, sentimento que ignora. E, se for preciso um dia, apparecerá á luz do dia sem a mascara do incognito, frente a frente. Quem assim escreve, traça uma norma de proceder, sem refolhos nem prégas, como é mister ao pregoeiro da Verdade.

Thalassa II é isto.

Como é, o haveis de *gramar* n'esta apostolisação de educação civica — sendo as armas — o ridiculo é o vero, o facto e o imaginativo — indispensaveis para attingir o fim desejado. O *Povo d'Aveiro* tem este papel a desempenhar na sociedade: sanar pela escalpelisação. Arde e dóe mas cura. Não é verdade, gentilissimos republicos de Alcabideche?

Preparae a lombeira para as pontas de fogo . . . E no dizer de F. Palha . . . é porque são pimenta . . .

Thalassa II.

—†—

Benavente, 27

O tempo não tem para nós sobras e por isso, muito contra nossa vontade, demoramos a autopsia á *Carta Politica* de João Chagas *ad benaventenses*. Segundo rezaram as gazetas, fez ella jorrar tantas lagrimas, que o Sorraia engrossou e sahiu do seu leito! As sensações fortes excitam a acção nervoza das glandulas lacrimaes. Chora-se de tristeza, chora-se de alegria, e até o rir faz chorar tambem . . . Chorar chega a ser agradavel e nós quizemos chorar . . .

Tivemos, porem, o presentimento de que a *mixordia*, que affirmaram fazer chorar, nos sahisse *mistella*, que fizesse rir, e não cahimos em gastar dinheiro. Andamos com juizo. João Chagas, o S. Paulo de pau campeche, viu fonte de receita em mandar cartas politicas a toda a parte desde a aldeia de Paio Pires, preparando assim o caminho para ir a Palmella, apanhar pés de burro, quando já não houver ignorantes, que lhe paguem a sua estafada proza sem miolo. Alguns benaventenses pediam, em altos berros, *carta politica* como as creanças pedem leite concentrado! Nós estamos n'um paiz de palermoides, com pretenções, o que nos torna ridiculos. Rimo-nos, com certa finura, de que, outr'ora, as trombetas de Jericó fizessem cahir os muros da cidade, mas assumimos aspecto grave quando uns patetas das luminarias, dando-se ares de importancia, se nos apresentam com a pretenção de tudo fazer, pela acção magica das suas conhecidas arias de sanfona, moidas em realejo de feira, ou impressas em sebentos discos, para serem reproduzidas. Temos, pois, duas classes de patetoides: — os patetoides exploradores, e explorados, ou patetoides parvos, que formam essa massa anonyma de ignorantes, sempre prompta a applaudir e a acreditar as sandices dos primeiros. Mas vamos á epistola politica . . .

O filarmonico de S. Benedicto entrou em Benavente, ficou desapontado e com muita razão. Toda a rhetorica democratica gasta sobre as ruinas de Benavente, de que sua Ex.a e os seus illustres correligionarios fizeram, impiedozamente tablado politico para se exibirem, teve o effeito d'uma trombeta de Jericó! Não encontrou os camartellos rufando cadenciadamente sobre as paredes dos alluidos predios, não encontrou a vida! Encontrou o desespero, encontrou a desolação, encontrou a villa morta, porque os seus correligionarios, mal assente ainda a nuvem de pó, que, n'um momento envolveu Benavente arrazada, vieram, quaes aves de rapina, estabelecer a desordem e a desconfiança, lançando vitualhas na fornalha de ignobeis odios e vaidades, que desde logo deviam ficar apagadas! Vieram fazer politiquice, (pobres anões, que de todos os expedientes se servem!) Vieram apregoar os seus elixires, de charlatães de tripeça, vieram, emfim, destruir mais Benavente!!! . . .

E, talvez, fossem estas as razões porque a carta politica do sr. João Chagas fizesse derramar lagrimas . . .

(Continua)

Sinapis

O Povo de Aveiro

Vende-se

Aveiro—Kiosque Souza, Praça de Luiz Cypriano.

Lisboa—Tabacaria Monaco, Rocio; Kiosque Elegante, Rocio; Tabacaria Neves, Rocio; Tabacaria Marécos, Rua do Principe 124, em frente do Avenida Palace; Tabacaria Felismino Paulo, Rua da Prata 205-207; Tabacaria Ingleza, Praça do Duque da Terceira (Caes de Sodré) 18; Antonio Loureiro, Calçada da Estrella, 59; Tabacaria Batalha, Calçada da Estrella 15; Tabacaria Portugueza, rua da Prata, 16; Tabacaria Rafael dos Santos, rua do Ouro, 124; Tabacaria Bocage, Praça de D. Pedro 36; Havaneza Central, Praça de D. Pedro, 59; João Teixeira Frazão, Rua do Amparo, 52; Alfredo Lourenço de Sá, Rua do Livramento 103; Kiosque Oriental, Praça Duque da Terceira; Tabacaria Viegas, Rua dos Poyaes de S. Bento, 102 a 104; Nuno J. C. Feijós, Rua Poaes S. Bento 141; F. Gonçalves, Rua de S. Bento, 181; A. Ponte Ferreira, Rua Conde Redondo 133 Bairro de Camões; Havaneza aos Paulistas, Calçada do Combro 113; Tabacaria Godinho, Calçada da Estrella, 25; José dos Santos, Rocio, 108; Eduardo Augusto, Rua de Belem, 102 e 103; J. D. Ferreira, Rua Saraiva de Carvalho, 105 B.; João Rodrigues Mattos, Rua dos Cavalleiros, 97; Antonio Marques, Rua da Esperança, 210; José Francisco Martins, Largo do Calhariz, n.º 4; José Pires Gonçalves, Rua da Magdalena, 188-190; Kiosque Largo de S. Roque; Tabacaria Amelia, Rua de S. Pedro d'Alcantara, 47. Manuel Loureiro do Prado, Rua do Possollo, 27.

PORTO—Tabacaria José Teixeira, Praça de D. Pedro, 9 e 10; Tabacaria Vieira da Cruz, rua de Santo Antonio; Tabacaria de C. A. Guimarães, Rua Formosa. 290 A; Antonio Pinto, Praça de D. Pedro, 20; Alfredo Ribeiro da Costa, Rua da Lapa, 15-16.

Espinho—Kiosque Reis. **Molta do Ribatejo**—João Baptista Mouro. **Vizeu**—Kiosque do Rocio. **Chaves**—Annibal de Barros. **Villa Real**—Agencia de Publicações de Antonio de Neutel C. da Mesquita. **Alpedrinha**—Manuel dos Santos Tarouca. **S. Domingos de Carmões**—Joaquim Marques de Carvalho Junior. **Seixal** ----- Prefiro Ferreira. **Villa Velha de Rodam**—Antonio da Cruz Pinto. **Mangualde**—Bento d'Almeida Campos. **S. Thiago de Cacem**—Joaquim Gervasio. **S. Pedro do Sul**—José Augusto d'Almeida. **Fáro**—Francisco Matheus Fernandes. **Evora**—Marcelino Anthero Caiça, Rua da Sellaria 19-21. **Cascaes**—José Jacintho D-Cabral, Tabacaria Aurea. **Villa Nova de Baronea**—José Custodio Figueira. **Cortegana**, Alemquer—João dos Santos Pereira. **Paderne**— **Algarve**—Antonio Anacleto d'Oliveira, **Torres Novas**—João Rodrigues Sentieiro. **Amarelleja**—**Moura**—Manuel Frade. **Castello Branco**—Vende-se pelas ruas. **Montemór o Novo**—Fortunato Reinato. **Tondella**—Mario do Carmo. **Pedrogam Grande**—Adelino Lourenço dos Santos. **Idanha a Nova**—Christiano Pereira Barata. **Guimarães**—Antonio Araujo Salgado. **Braga**—José Gomes da Silva, Campo de S. Thiago, 24. Kiosque Gonçalves. **Taboa**—Francisco da Costa Carvalho. **Monsão**—João da Silva Guimarães. **Figueiró dos Vinhos**—José Miguel Fernandes David **Pinhel**—Estabelecimento de D. Josephina da Silva Torres **Vianna do Castello**—No estabelecimento de Boaventura José de Carvalho; José Antonio d'Araujo Junior, Rua 8 de Maio, 122. **Lamego**—Joaquim Valente. **Castello Novo** (Beira Baixa) João Pereira dos Santos **Elvas**—Luiz Samuel da Silva. **Povoa**—José Couto Segundo, **Agueda**—Eduardo dos Santos Trinta. **Covilhã**—João Pereira Saraiva. **Figueira da Foz**—João Palhas, Mercado n.º 8. **Santa Cruz da Graciosa**—Antonio Ernesto Esteves. **Fundão**—Manuel Gonçalves Anacleto **Guarda**—José Antunes de Figueiredo. **Cadaval**—Antonio Lopes Leal. **Sobral de Mont'Agraço**—Arthur Carvalho. **Moura**—José Fragoso de Lima Nunes. **Macieira de Cambra**—Domingos d'Albergaria **Alcochete**—Joaquim Valentim **Santarem**—Vende-se nas ruas **Cezimbra**—Antonio José Pereira. **Angeja**—José Maria Martins dos Santos. **Castello de Vide**—Antonio Lourenço Veliz. **Villa do Cano**—Antonio Martins Florentino. **Serpa**—Celestino Alhinho. **Louzã**—Adelino P. Erse. **S. Bartholomeu de Messines**—A. Cabrita do Rosario. **Mattosinhos**—Agencia Lusitana, Rua Roberto Ivens **Coimbra**—Tabacaria Central, Rua Ferreira Borges 27; Casa Feliz, rua Infante, D. Augusto, Polonia Palhas, Rua Borges Carneiro 6. **Alcobaça**—Antonio Vazão. **Gouvela**—Manuel A. Manta, Rua Braamcamp **Leiria**—Jayme Monteiro. **Portalegre**—João Gervasio Coelho, Largo da Sé. **Vendas Novas**—Joaquim Maria de Andrade—*o Varino*. **Setubal**—Manuel Tavares. **Arronches**—Miguel Maria. **Villa Nova d'Ourem**—Antonio José Pereira. **Vianna do Alemtejo**—Joaquim Antonio Carvalho. **Sattam**—José da Cunha Marques. **Escalhos de Cima** (Beira Baixa)—Miguel Maria Tavares. **Lagôa**—(Algarve)—Manoel Rodrigues Rogado. **Villa Viçosa**—Luis Filippe d'Abreu. **Bragança**—Affonso Augusto Teixeira, Rua do Norte, Manuel Bonito. **Funchal**—Francisco de Senna Lisboa Kiosque da Constituição. **S. João da Madeira**—Venda pelas ruas. **Oliveira d'Azemeis**—Venda pelas ruas. **Albergaria-a-Velha**—Venda pelas ruas. **Estarreja**—Manuel Valente Mattos, Kiosque da Praça. **Porto de Móz**—José Henriques. **Alandroal**—Armando Tavares de Moura Palhas, Pharmacia Caeiro. **Thomar**—Joaquim da Costa Carvalho. **Alemquer**—Joaquim R. Andrade, Rua dos Muros; João Matheus da Silva Brito, Rua Direita — **Fáfe**—Almeida Guimarães & Alves. **Benavente**—Manuel Dias Varandas. **Monte Estoril**—Gare. **Pavia**—José Couto Segundo. **Cabanss**—Julio Requeixe

BRAZIL

Rio de Janeiro—Centro de Publicações de Gianlorenzo Schettino, Travessa do Ouvidor.

Manaus—Agencia Freitas.

Belem do Pará—Centro de Publicações.

MACHINA DE COSTURA, vende-se uma industrial quasi nova, *Bobina Central* e mesa de estensão; trata-se com José Maria da Costa Junior.

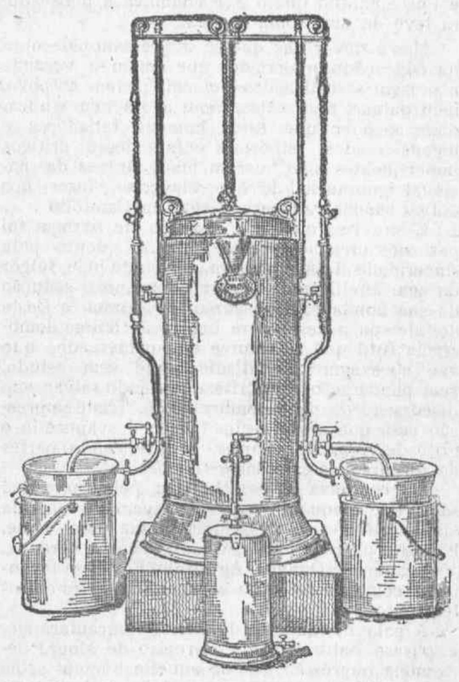
Trens de aluguer PROMPTOS a sahir a qualquer hora de dia ou de noite.—Na alquillaria Picado & Pereira

A' Ponte da Dobadoura.—AVEIRO

A. Anselmo & C.ª

20, LARGO DE S. DOMINGOS, 20

LISBOA



Canalisações para agua, gaz e acetylene. Gazometros para acetylene em chapa de ferro chumbada, com um e dois geradores, os mais praticos, solidos e economicos

Absoluta segurança e simplicidade no funccionamento. O mais perfeito purificador até hoje conhecido. Accumulador interior. Carboneto dividido em secções. Gazometros para bordo. Montagens garantidas e economicas.

Pedir preços e condições a

A. ANSELMO & C.ª

LARGO DE S. DOMINGOS, 20

LISBOA